PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Centro de Ciência Exatas, Ambientais e das Tecnologias

Programa de Pós Graduação em Urbanismo

Raquel Nopper Alves

DIÁLOGOS ENTRE OS ESPAÇOS LIVRES DE CAMPINAS: DA VIZINHANÇA AO MUNICÍPIO

Campinas 2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t712 Alves, Raquel Nopper.
A474d Diálogos entre os espaços livres de Campinas: da vizinhança ao município / Raquel Nopper Alves. - Campinas: PUC-Campinas, 2007.
100p.

Orientador: Eugênio Fernandes Queiroga.
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Espaços abertos. 2. Planejamento urbano. 3. Conjuntos habitacionais. 4. Lazer. 5. Urbanização. I. Queiroga, Eugênio Fernandes. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD – t712

RAQUEL NOPPER ALVES

"Diálogos entre os Espaços Livres de Campinas: da vizinhança ao Município"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientador: Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga.

Dissertação defendida e aprovada em 25 de Junho de 2007 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Prof. Dr. Ricardo de Sousa Moretti
Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Ari Vicente Fernandes
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Aos meus pais,
Rubem Alves e Lidia Alves,
dos quais herdei meu desejo de aprender sempre, e também a vontade de transformar o mundo num lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Difícil depois de uma jornada como a de escrever este trabalho, depois de tanto apoio e carinho recebido, agradecer sem cometer injustiças.

De qualquer forma agradeço em primeiro lugar a minha amiga e eterna professora Débora Frazatto Verde, que sempre me tutelou, apoiou e incentivou na minha carreira profissional e esteve sempre comigo durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador Eugênio Queiroga pela paciência, atenção, carinho, competência e profissionalismo constantes durante todo o processo de orientação.

Ao Ari Vicente Fernandes pela atenção, ajuda e conhecimento tão importantes para a fundamentação desta dissertação.

A Alexandre Caiado e Lidia Alves pelas revisões de texto.

À Alessandra Nascimento pela diagramação, paciência e carinho.

Às equipes de COHAB e CDHU que me auxiliaram com materiais preciosos para esta pesquisa

À todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

* * *

Agradeço especialmente à minha família e aos meus amigos pelo amor incondicional e pelos apoio e incentivo constantes.

Obrigada!

RESUMO

Este trabalho visa estudar os espaços livres: como são utilizados pela população e como contribuem com o Meio Ambiente no Município de Campinas. Para isto, fez-se um recorte na zona oeste de Campinas, onde estuda-se 5 conjuntos habitacionais de média e baixa renda e seus respectivos sistemas de espaços livres. Assim, relaciona-se o caráter desses espaços com suas intensidades de uso e com a contribuição ecológica que oferecem ao município. Agregado a este estudo analisa-se também a forma como o poder público municipal de Campinas vêm atuando e planejando seu sistema de espaços livres.

ABSTRACT

This work aims to study the open spaces in the Municipal District of Campinas: how they are being used by population and how it's improving the environment. In order to do that, it was chosen for study a part of the east area of the district, where there are five lower and media power habitational sets with it's respective free area systems. In this way, we have a link between the character of use of these areas, along with it's intensity of use and the ecological contribution that they offer to the Municipal District. Annexed to this study there is too an analysis of how the public power of Campinas is acting and planning it's open space systems.

LISTA DE FIGURAS

Fig	Título	Pg
1	*Região Metropolitana de Campinas*	6
2	*Eixos de desenvolvimento de Campinas*	7
3	*Proposta de Zoneamento do Plano do Jacó Bitar.*	12
4	*Macrozoneamento de 1996*	14
5	*Capa do Plano Diretor de Campinas - 2006.*	18
6	*Macrozoneamento de Campinas de 2006*	20
7	*Traçado da Macrozona 9 sobre o macrozoneamento de 1996*	23
8	*A Macrozona 9*	25
9	*Entroncamento rodovias Anhanguera e D. Pedro I*	26
10	*O Município de Campinas em 1964 e a Macrozona 9*	27
11	*Os vazios urbanos da Macrozona 9*	29
12	*Vista aérea dos conunts habitacionais analisados*	32
13	*Foto aérea da Vila Esperança*	35
14	*Implantação da Vila Esperança*	35
15	*Jardim São Marcos e Vila Esperança - Vista Rod. D. Pedro I*	36
16	*Plantas Tipo Vila Esperança*	37
17	*Via Pública Vila Esperança*	37
18	*Ponto comercial Vila Esperança*	38
19	*Ponto de ônibus Vila Esperança*	38
20	*Sobrados: última fase de implantação*	38
21	*Foto aérea da Vila Olímpia*	40
22	*Implantação da Vila Olímpia*	40
23	*Acesso - Vila Olímpia*	41
24	*Via Pública / Residências Vila Olímpia*	42
25	*Via Pública / Sobrados - Vila Olímpia*	42
26	*Foto aérea da Padre Anchieta*	44
27	*Implantação da Padre Anchieta.*	44
28	*Plantas Tipo Residencias 30m² - Padre Anchieta*	45
29	*Plantas Tipo Residencias 34m² - Padre Anchieta*	45
30	*Plantas Tipo Residencias 38m² - Padre Anchieta*	45
31	*Plantas Tipo Residencias 40m² - Padre Anchieta*	45
32	*Plantas Tipo Residencias 44m² - Padre Anchieta*	46
33	*Plantas Tipo Apartamentos - Padre Anchieta.*	46
34	*Via Pública - Padre Anchieta*	47
35	*Via Pública - Padre Anchieta*	47
36	*Edifício de Apartamentos - Padre Anchieta*	47
37	*Foto aérea da CDHU E*	49

38	*Implantação da CDHU E*	49
39	*Apartamentos Tipo da CDHU*	50
40	*Vista Edifícios CDHU E*	50
41	*Foto aérea da CDHU F*	52
42	*Implantação da CDHU F*	52
43	*Vista dos Edifícios CDHU F*	53
44	*Via Pública CDHU F*	53
45	*Implantação de Sistema de Lazer - Vila Esperança.*	58
46	*Campo de futebol informal.*	59
47	*Aspectos dimensionais dos espaços livres na Vila Esperança*	59
48	*Espaço Livre - Vila Esperança*	60
49	*Espaço Livre - Vila Esperança*	60
50	*Campo de futebol informal.*	60
51	*Implantação de Sistema de Lazer - Vila Olímpia.*	61
52	*S. E. L. - Vila Olímpia*	62
53	*S. E. L. - Vila Olímpia*	62
54	*Casas (ainda) sem muro - Vila Olímpia.*	63
55	*Casas com muro - Vila Olímpia*	64
56	*Aspectos dimensionais dos Espaços Livres - Vila Olímpia.*	64
57	*Aspectos dimensionais dos Espaços Livres - Vila Olímpia*	65
58	*Implantação de Sistema de Lazer - Padre Anchieta*	66
59	*Playground - Padre Anchieta*	66
60	*Quadra Poliesportiva e pista de skate*	67
61	*Áreas verdes - Padre Anchieta.*	67
62	*Áreas verdes - Padre Anchieta.*	67
63	*Aspectos dimensionais dos Espaços Livres - Padre Anchieta.*	69
64	*Aspectos dimensionais dos Espaços Livres - Padre Anchieta.*	69
65	*Implantação de Sistema de Lazer - CDHU E*	71
66	*Espaço Livre - CDHU E.*	72
67	*Espaço Livre - Quadra Poliesportiva - CDHU E.*	72
68	*Espaço Livre - Quadra Poliesportiva - CDHU E*	72
69	*As vias arborizadas e os espaços livres - CDHU E.*	73
70	*Comércio Informal (Bar) - CDHU E*	74
71	*Aspectos dimensionais dos Espaços Livres - CDHU E*	74
72	*Implantação de Sistema de Lazer - CDHU F.*	75
73	*Espaço Livre Condominial - CDHU F*	76
74	*Via Pública sem arborização - CDHU F*	77
75	*Sistema de Lazer - CDHU F*	77
76	*Sistema de Lazer - CDHU F*	78
77	*Sistema de Lazer - CDHU F*	78
78	*A Macrozona 9 e seu entorno*	81

79	*Fazenda Sta. Eliza*	82
80	*Bambuzal - Interior da Fazenda Sta. Eliza*	83
81	*A Fazenda Santa Eliza - Divisão interna*	84
82	*A Fazenda Santa Genebra*	84
83	*Mata Santa Genebra - Trilha interna*	85
84	*Mata Santa Genebra - Vista Aérea*	85
85	*Fazenda do Exército*	86
86	*Círculo Militar e Escola de Cadetes*	87
87	*Fazenda do Exército - Área de acesso restrito dos militares*	87
88	*Área Parque da Mata*	88
89	*Área Parque da Mata - Vista Aérea*	89
90	*Implantação dos Eixos Verdes*	94

LISTA DE TABELAS

01	Características de implantação dos conjuntos habitacionais	33
02	Caracterização geral do conjunto habitacional Vila Esperança	34
03	Caracterização geral do conjunto habitacional Vila Olímpia	39
04	Caracterização geral do conjunto habitacional Padre Anchieta	43
05	Caracterização geral do conjunto habitacional CDHU E	48
06	Caracterização geral do conjunto habitacional CDHU F	51
07	Relação de áreas: SEL x área total das glebas	57
08	Quadro de áreas - Vila Esperança	57
09	Quadro de áreas - Vila Olímpia	61
10	Quadro de áreas - Padre Anchieta	65
11	Quadro de áreas - CDHU E	70
12	Quadro de áreas - CDHU F	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

1 - ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE CAMPINAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO.....6

1.1 - O Plano Diretor de 1991 – Gestão Prefeito Jacó Bittar (1989 / 1992).....10

1.2 - O Plano Diretor de 1996 – Gestão Prefeito Magalhães Teixeira (1993 / 1996).....13

1.3 - O Plano Diretor de 2006– Gestão Prefeito Hélio de Oliveira (início em 2005).....18

1.4 - O Plano Diretor e o Zoneamento Municipal - Um paradoxo.....21

2 - A NATUREZA URBANÍSTICA DE UMA REGIÃO MARCADA PELA PRESENÇA DE RODOVIAS EXPRESSAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA.....23

2.1 - Apresentação da Macrozona 9.....23

2.2 Histórico da região da Macrozona 9.....26

2.3 Um panorama atual da Macrozona 9.....28

3 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ANALISADOS.....32

3.1 - O Conjunto habitacional Vila Esperança.....34

3.2 - O conjunto habitacional Vila Olímpia.....39

3.3 - O conjunto habitacional Padre Anchieta.....43

3.4 - O conjunto habitacional CDHU E.....48

3.5 - O conjunto habitacional CDHU F.....51

4 - O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ANALISADOS.....54

4.1 - Aspectos conceituais e legislação.....54

4.2 - O uso dos espaços livres na Vila Esperança.....57

4.3 - O uso dos espaços livres na Vila Olímpia.....61

4.4 - O uso dos espaços livres no Padre Anchieta.....65

4.5 - O uso dos espaços livres no CDHU E.....70

4.6 - O uso dos espaços livres no CDHU F.....75

4.7 - Considerações sobre Espaços Livres.....79

5 - ASPECTOS DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DA MACROZONA 9.....81

5.1 - A Fazenda Santa Eliza.....82

5.2 - A Fazenda Santa Genebra.....84

5.3 - A Fazenda do Exército.....86

5.4 - O Parque da Mata.....88

5.5 - OS Espaços Livres da Macrozona 9 – Uma contribuição intra-urbana ou municipal?.....91

6 - REFLEXÕES ACERCA DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE CAMPINAS.....92

6.1 - A SEPLAMA e as propostas ambientais do Plano Diretor de 2006: A proposição de um sistema fragmentado.....92

6.2 - A proposta de implantação de Eixos Verdes.....94

6.3 - O diálogo entre os Espaços Livres de vizinhança e os Espaços Livres municipais.....97

REFERÊNCIAS.....99

INTRODUÇÃO

É perceptível como a população busca se ocupar quando está fora do trabalho. Lazer, recreação, esporte, cultura entre uma série de outras atividades são procurados para melhorar a qualidade das atividades cotidianas.

Os órgãos públicos muito associam o conceito de qualidade de vida com saúde, transporte, educação e moradia. Mas não é só isso. Qualidade de vida é um conceito vinculado ao bem estar e para isso, alegria, lazer e relacionamentos sociais se fazem necessários. Como já dizia a música popular "Comida":[1]

"(...)
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.
(...)
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.
(...)"

Os espaços livres de um município são locais que oferecem ou podem oferecer atividades para a população. Sejam eles espaços públicos ou privados, ruas, praças, parques ou quadras poli-esportivas.

Neste trabalho investiga-se de que forma os espaços livres são apropriados pela população. E também de que maneira eles se apropriam da população atraindo-a para fora de casa. Questiona-se de que maneira os espaços

---

[1] Autores: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto

livres estão contribuindo (ou não) para melhoria da qualidade de vida da população e para intensificar suas relações sociais.

Espaços livres são áreas que muitas vezes são verdes e arborizadas e com isso incorporam-se dentro de um sistema de espaços livres e também de um sistema de áreas verdes de um município. Relacionar o perfil de espaços livres que atraem a população com a inserção deste mesmo espaço num sistema municipal nos elucida de que forma um mesmo espaço pode contribuir com o cidadão e com o município simultaneamente.

Para este estudo foi eleito o Município de Campinas como foco de análise e dentro desta cidade fez-se um recorte territorial na sua zona oeste para observar quais são e como são qualificados os espaços livres desta região. Este recorte é denominado de Macrozona 9, uma região delimitada pela SEPLAMA (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente) de Campinas para planejamento estratégico territorial municipal norteado no seu Plano Diretor de 2006.

A Macrozona 9 é uma região fragmentada urbanísticamente, distante e com difícil conexão com a malha urbana consolidada. Além disso, abriga atualmente cinco conjuntos habitacionais de média e baixa renda, sendo três construídos pela COHAB (Companhia de Habitação) de Campinas e dois pela CHDU (Companhia de Habitação e Desenvolvimento Urbano). Neste contexto, nada mais esperado que a população se aproprie dos espaços livres próximos para as suas atividades sociais, esportivas e de lazer. Analisa-se estes conjuntos habitacionais, a qualificação de seus espaços livres e a relação deles com os moradores da região.

Municipal, local intra-urbano e local de vizinhança. São as três escalas de análise deste trabalho, visando relacionar a qualidade de um espaço livre com a qualidade do Meio Ambiente, do território urbano e da qualidade de vida cotidiana da população ao mesmo tempo.

Não se almeja aqui propor soluções e muito menos elaborar um “manual de manuseio de espaços livres”. Pretende-se destacar aqui de forma sucinta e objetiva, a caráter de exemplo, de que forma os espaços livres da Macrozona 9 interagem com o Município de Campinas e com seus moradores.

Observando-se os conjuntos habitacionais da Macrozona 9 de Campinas, nota-se que em geral seu espaços livres encontram-se em estado precário de manutenção ou não possuem qualificação paisagística – árvores, pisos, infra-estrutura para esporte e lazer e etc. No entanto muitos deles são bem aproveitados pela população. Nesses conjuntos habitacionais, parte significativa dos espaços livres reservados para uso da população são denominados de “Sistema de Lazer”. E são justamente estes espaços que devem (ou deveriam) atrair mais a população.

Daí a necessidade de se entender os mecanismos de atração dos espaços livres, em especial os inseridos nos conjuntos habitacionais.

Essa pesquisa foi norteada por questionamentos da seguinte ordem:

- Com que freqüência a população usufrui dos espaços livres próximos a ela?
- Quais são as atividades mais procuradas para se fazer nos espaços livres?
- Em quais situações a população usufrui melhor dos espaços livres ao seu redor?
- Por que alguns são muito utilizados e outros nem tanto, dada a carência de espaços qualificados para lazer na Macrozona 9?
- De que maneira a legislação e a política urbana estão contribuindo para consolidar um sistema de espaços livres qualificado?
- Espaços livres de escala residencial podem contribuir positivamente para o município como um todo?

Atendendo essas questões, buscou-se compreender inicialmente qual é a legislação que rege o parcelamento do solo, qual é o contexto urbano contemporâneo de Campinas e qual o perfil social e urbanístico dos conjuntos habitacionais. Posteriormente checou-se *in loco* se as áreas designadas em projeto pela COHAB e pela CDHU como pertencentes ao sistema de lazer eram também providas de vegetação, superfícies gramadas e arborização.

Foram feitas diversas visitas aos locais, tanto em dias de semana quanto nos finais de semana, registradas fotograficamente, para observar o quanto se encontrava de população usufruindo dos espaços livres.

Dadas as informações de como o poder público atua em relação aos espaços livres, e como estes são utilizados pelos moradores da região, relacionou-se a atenção e a ação direta do poder público com o grau de abrangência territorial de um determinado espaço livre. Entende-se que no município os espaços livres atuam em 4 escalas:

- Espaços livres de escala de vizinhança;
- Espaços livres de escala intra-urbana;
- Espaços livres de escala municipal e;
- Espaços livres de escala metropolitana.

Em escala de vizinhança os espaços livres foram analisados com o apoio de implantações urbanísticas e plantas baixas fornecidas pelas COHAB e CDHU. Já na escala intra-urbana, contou-se com fotos aéreas extraídas do *Google Earth*, dados fornecidos pelo IAC e pela SEPLAMA, e por fim, para análise de espaços livres municipais, analisou-se mapas recentes elaborados pela SEPLAMA durante o processo de revisão do Plano Diretor de Campinas em 2006.

Por ser uma pesquisa mais de caráter qualitativo que quantitativo, optou-se por confiar na análise técnica de dados , tanto em campo quanto e relação aos dados secundários (implantações, mapas e fotos).

* * *

Esta dissertação transcorre inicialmente pelas escalas municipal e regional, seguindo para as escalas intra-urbana, de vizinhança retornando em seguida para a escala municipal. Este trajeto foi traçado para que as diversas abrangências de escala não fossem tratadas de forma independente e sim, relacionadas uma com a outra.

No primeiro capítulo, “Aspectos da urbanização contemporânea de Campinas e suas estratégias de planejamento”, discorre-se a respeito do planejamento urbano contemporâneo do município, através da análise de seus 3 últimos Planos Diretores, elaborados em 1991, 1996 e 2006 respectivamente. Avalia-se de que maneira os planos almejam atingir suas metas, de que forma foram eficazes quanto ao cumprimento e implantação de suas diretrizes urbanas propostas.

Já no segundo capítulo, denominado “A natureza urbanística de uma região marcada pela presença de rodovias expressas e conjuntos habitacionais de baixa renda”, faz-se a apresentação da Macrozona 9. Este recorte territorial eleito para estudo de caso é apresentado historicamente e analisado urbanisticamente, incluindo-se a análise das diretrizes propostas pelo Plano Diretor de Campinas de 2006 para o local.

O capítulo 3, “Caracterização geral dos conjuntos habitacionais analisados” apresenta os 5 conjuntos habitacionais implantados dentro da Macrozona 9, através de dados urbanísticos, sócio-econômicos e através de dados secundários: Fotos aéreas, implantações, plantas baixas, tabelas e fotos. Esses conjuntos habitacionais denominam-se Vila Esperança, Vila Olímpia, Padre Anchieta, CDHU E e CDHU F.

Em seqüência, no capítulo “O sistema de espaços livres nos conjuntos habitacionais analisados” apresenta-se e analisa-se os espaços livres existentes nestes 5 conjuntos habitacionais e a forma, intensidade e caráter de uso desses espaços pela população. Busca-se visualisar como eles são eficazes para melhoria da qualidade de vida dos moradores e em quais situações são mais utilizados ou não.

Já no capítulo 5, denominado “Aspectos do sistema de espaços livres da Macrozona 9”, estende-se a análise pontual quanto à qualificação e quanto ao uso dos espaços livres para a escala da macrozona. Com isso analisa-se de

qual maneira os diversos espaços dialogam entre si e com o município.

Foram analisados tanto os espaços de dentro da macrozona quanto aqueles que a margeiam, interferindo na sua paisagem.

Por fim, no capítulo 6 “Reflexões acerca do sistema de espaços livres de Campinas”, discute-se como a municipalidade vêm planejando esses espaços, em especial como intenciona trabalhar a partir das propostas apresentadas no Plano Diretor de 2006. Com este panorama estabelece-se diálogos entre as diversas escalas de abrangência dos espaços livres e com isso conclui-se quanto à “eficácia” e ao potencial, seja ele de uso recreativo, educativo e/ou ecológico de uso dos espaços livres.

1 - ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE CAMPINAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO

Nas duas últimas décadas, Campinas vem se consolidando como pólo terciário e sede de região metropolitana. O potencial industrial e comercial do Município conferiu à Campinas uma grande influência sobre a região que a cerca, pois sua concentração de serviços do setor terciário intensifica as relações da cidade com o seu entorno[2].

O processo de urbanização e industrialização de Campinas ocorreu de forma diferenciada em relação às demais metrópoles do país, pois o processo de industrialização interiorizada que sofreu, juntamente com os municípios vizinhos, resultou em uma aglomeração urbana. As demais metrópoles do Brasil se caracterizam pelo potencial destacado de um só município e Campinas em contrapartida conta com o potencial econômico, industrial e agrícola de todos seus municípios[3] aglomerados que compõem sua região metropolitana[4].

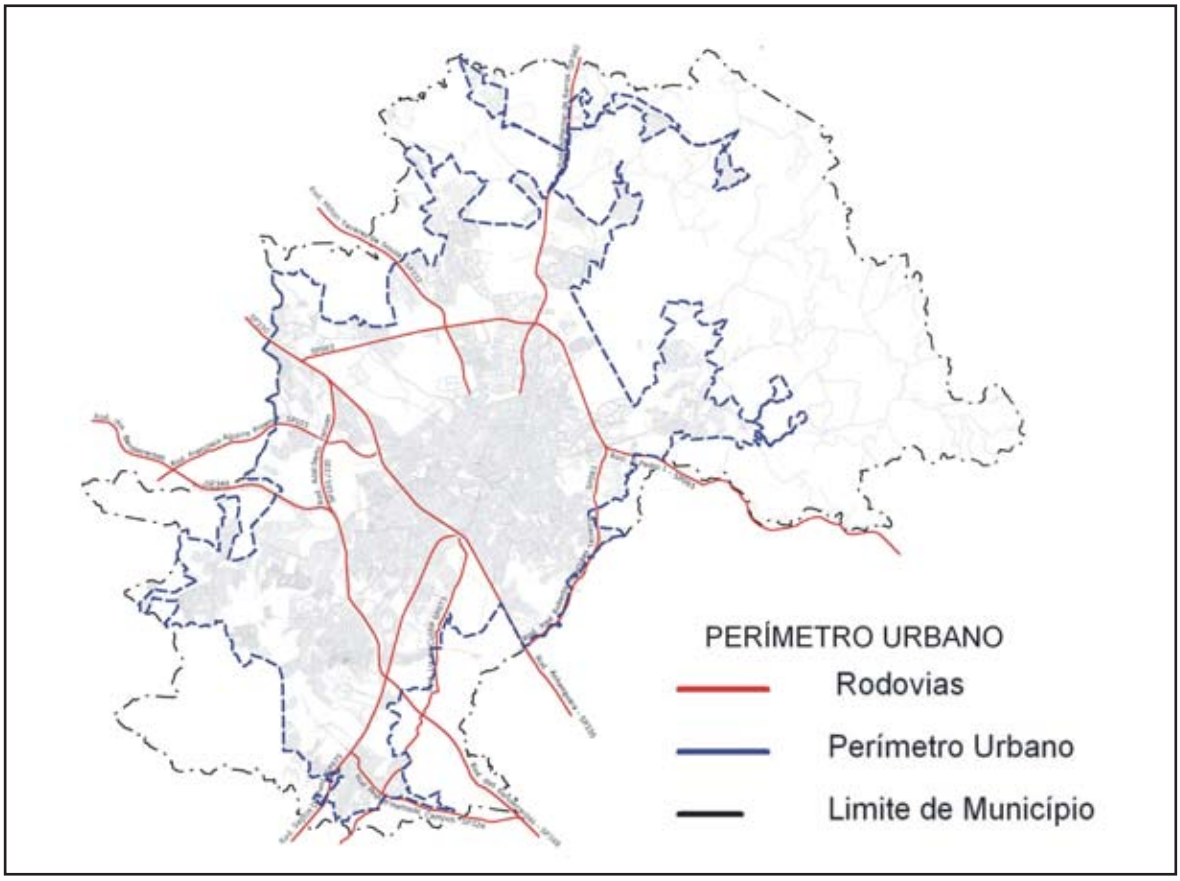

Fig. 1: *Região Metropolitana de Campinas.* *Desenho Raquel Alves (2007). Base: SEPLAMA.*

[2] Caderno de Subsídios do Plano Diretor de Campinas de 1995.

[3] Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

[4] Caderno de Subsídios do Plano Diretor de Campinas de 1995.

Desta forma, a tendência de concentração populacional na cidade de Campinas não é tão marcada quanto nas demais metrópoles nacionais, o que propicia o surgimento de uma conformação urbana relativamente equilibrada, marcada pela presença de sub-centros de atividade econômica e caráter secundário necessárias para atender à demanda populacional, desafogando o fluxo de atividades do centro principal.

Esse padrão de ocupação consolidou-se principalmente na região sudoeste de expansão da cidade, configurando as áreas situadas no entorno da Rodovia Anhanguera, na direção dos municípios de Sumaré, Hortolândia, Monte-Mor e Indaiatuba, uma vez que o tipo de desenvolvimento industrial da região priorizou instalações no entorno de eixos rodoviários regionais[5].

Além disso, conforme descrito no Caderno de Subsídios do Plano Diretor de Campinas de 1995, a implantação do Aeroporto de Viracopos juntamente com a criação do Distrito Industrial de Campinas contribuíram com o movimento de periferização da região, através da construção de vários conjuntos habitacionais.

Podemos afirmar que o desenvolvimento urbano de Campinas deu-se de forma diferenciada ao longo de eixos estratégicos que podem ser assim definidos:

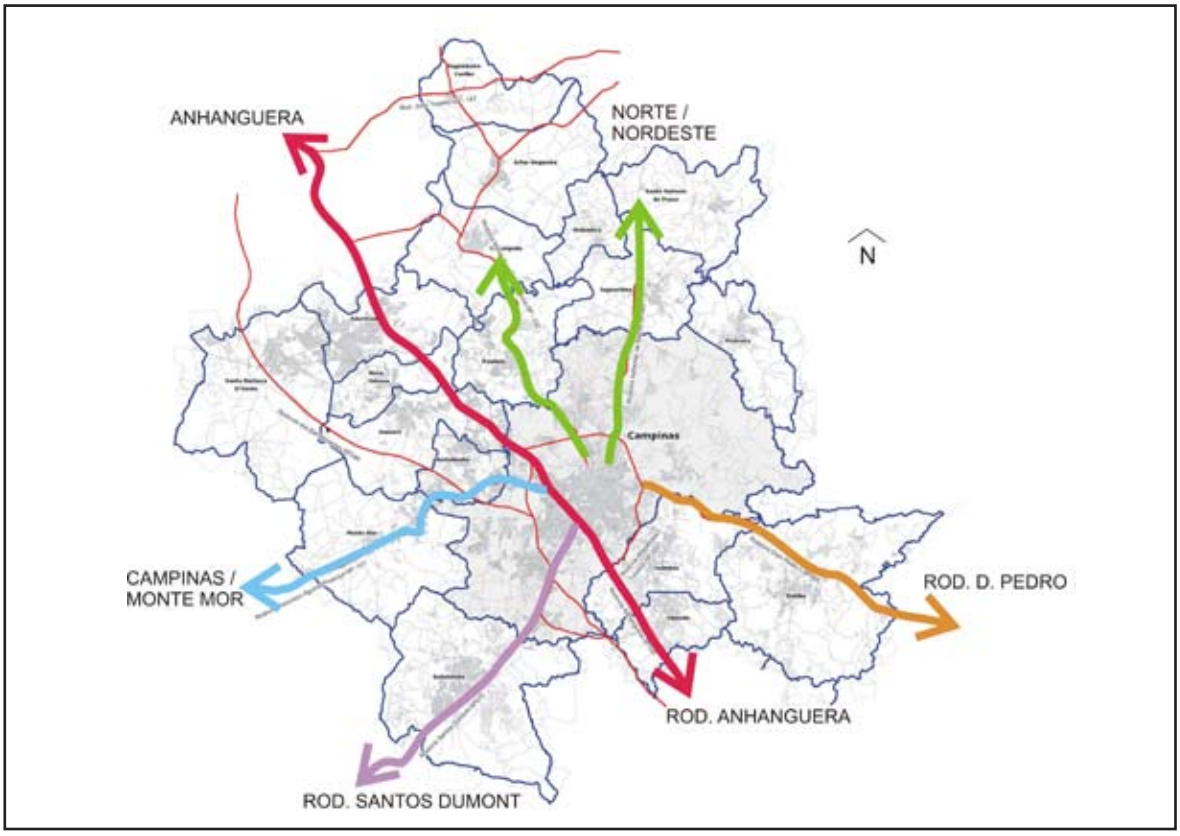

Fig. 2: *Eixos de desenvolvimento de Campinas.* *Desenho: Raquel Alves (2007)*
Base: SEPLAMA.

[5] Fernandes, Ari Vicente – entrevista cedida em Outubro/2006.

- Eixo ao longo da via Anhangüera: Caracteriza-se por uma mancha urbana contínua, desde Vinhedo até Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Em direção ao Oeste (interior), sua ocupação caracteriza-se fortemente pela instalação da população de baixa renda expulsa das áreas urbanas mais valorizadas, como no caso dos municípios de Sumaré e Hortolândia e também por indústrias de diversos portes. Já em relação à direção de Valinhos e Vinhedo, temos ocupação predominantemente residencial,de padrões médio e alto, inseridos em condomínios e/ou loteamentos fechados.

- Eixo Campinas: Monte Mor, que nasce de uma confluência da Rodovia Anhanguera, caracterizado por manchas urbanas descontínuas com a presença de empreendimentos de impacto urbanístico acentuado como a empresa Bosch.

- Eixo Norte: Nordeste, que caminha na direção de Barão Geraldo, Paulínia, Jaguariúna e Mogi-Mirim. Caracteriza-se pela expansão da mancha urbana regional, acomodando camadas de médio e alto padrões. Esta ocupação se deu posteriormente à implantação da Rodovia D. Pedro I, com o conseqüente surgimento de empreendimentos comerciais que atendem uma escala regional, juntamente com a instalação das universidades – UNICAMP e Campus 1 da Puccamp - e dos Pólos Petroquímico e de Alta tecnologia do Ciatec (pólo 1).

- Eixo Rodovia D. Pedro I até Itatiba: Este eixo caracteriza-se pela forte presença da rodovia que se estende até Jacareí e pelo meio natural que a cerca - trechos de matas nativas e ecossistemas que se adaptaram ao impacto da implantação da auto-estrada e trechos homogêneos de matas plantadas. Neste trecho temos ainda vários Motéis e algumas atividades comerciais como postos de gasolina e artesanato.

- Eixo ao longo da Rodovia Santos Dumont: Caminha em direção à expansão de Indaiatuba, caracterizando-se por possuir a segunda ocupação fabril mais importante do município. Essa ocupação, após a implantação do Aeroporto de Viracopos foi muito intensificada, mas o processo de conurbação Campinas – Indaiatuba ainda se encontra em estágio inicial. Caracteriza-se pela presença intensa de galpões industriais e/ou comerciais, pela instalação de conjuntos habitacionais periféricos de média e baixa renda e com isso pelos conflitos gerados na implantação de bairros residenciais às margens de uma rodovia. A Rodovia Santos Dumont, até seu cruzamento com a Rodovia Bandeirantes, possui caráter tanto de avenida, pois atende os moradores e pedestres da região com faixas de travessia, pontilhões e radares controladores de velocidade, quanto caráter de rodovia devido seu porte, traçado, demanda e função.

De uma forma genérica, Campinas possui uma série de problemas urbanos, gerados a partir da estrutura de desenvolvimento da cidade, tanto de ordem

fundiária, quanto relativos aos sistemas viário e de transporte, ao meio ambiente, habitação e saneamento básico. Além disto, apresentam-se questões ligadas à legislação urbanística e à política tributária que não equacionam devidamente os problemas urbanos mencionados.

A seguir, apresenta-se de forma genérica, os principais focos polêmicos do município de Campinas, segundo a SEPLAMA, descritos no caderno de subsídios, de 2006, de revisão do plano diretor de 1996[6]:

O parcelamento do solo, gerado e manipulado de acordo com as Leis de Estruturação Urbana (Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Zoneamento Urbano, Código de Obras e Edificações), acarretou excessiva concentração de atividades terciárias na região central, a qual não possui infra-estrutura viária e comercial para atender a demanda dos habitantes da periferia. Com isso esses moradores desses bairros acabam enfrentando longo e demorado trajeto, seja para trabalhar (pois muitos dos seus moradores atuam no comércio do centro) como seja para passagem (fazer compras). Essa concentração excessiva de atividades comerciais na região provocou visível processo de saturação e conseqüente degradação do centro da cidade.

Já em relação à habitação, temos adensamentos e verticalizações ocorrendo de forma dispersa, porém não aleatória pela mancha urbana, sem o devido abastecimento de infra-estrutura e equipamentos urbanos. Construções novas e moradias já existentes nas manchas urbanas mais consolidadas de Campinas atendem (ou devem atender) o zoneamento da cidade, que regula e norteia sua ocupação. Este fato, somado aos valores altos de terra na região consolidada da cidade fez com que as habitações de interesse social apresentam-se em áreas distantes da malha urbana central, acarretando custos sociais e custos referentes às extensões de redes de infra-estrutura e equipamentos, sem contar com o tempo excessivo de transporte do morador/trabalhador e sua conseqüente dificuldade ao acesso às creches ou escolas (que geralmente não conseguem atender as demandas locais), aos hospitais (nem sempre encontram-se postos de saúde locais), etc. Além disso, nos intervalos espaciais entre a mancha urbana central e as manchas periféricas, temos grande número de lotes e glebas vagos porém com infra-estrutura e potencial para ocupação urbana e também parcelamento de áreas rurais com conseqüente avanço da urbanização sobre elas.

Já em relação aos sistemas viário e de transporte, pode-se destacar um sistema viário radiocêntrico que provoca ao mesmo tempo um seccionamento do tecido urbano acarretando dificuldades de articulação entre os bairros sobrecarregando o sistema viário principal e o uso do sistema viário interno para passagem de tráfego pesado, acentuando a falta de ligação entre os diferentes corredores viários e de interligação de transportes coletivos.

---

[6] SEPLAMA - Caderno de subsídios do plano diretor de 2006, capítulo de Caracterização urbana.

Quanto ao Meio ambiente e drenagem, apresentam-se de forma genérica a carência de áreas verdes (principalmente na região oeste do município); problemas de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, possíveis problemas que podem ser gerados pela implantação do antigo lixão Pirelli e do atual Complexo Delta inseridos dentro da zona urbana do município, Sistema de drenagem sub-dimensionado devido ao aumento de superfícies impermeabilizadas o que acarreta inundações e por fim, problemas de enchentes devido à ocupação indiscriminada de áreas de fundos de vale e a excessiva impermeabilização do solo.

Desta forma torna-se necessário preservar as áreas não ocupadas no interior da malha urbana a fim de garantir o equilíbrio ambiental da cidade, recuperar e manter o seu patrimônio natural, preservando também os corpos d´água, a flora e a fauna dos ecossistemas locais, e também o abastecimento de água face às questões de indisponibilidade da mesma na região.

Muito embora Campinas tenha tido sua expansão urbana e seu desenvolvimento rumo ao caráter de metrópole desde os anos de 1970, apenas na década de 90 evidenciou-se de maneira mais específica as demandas e os paradigmas gerados por esse processo de metropolização.

Desta forma, em 1991 foi aprovada a Lei Complementar nº 02, que dispunha sobre o Plano Diretor do Município de Campinas, situando na década de 90 o momento de introdução de princípios e instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988.

1.1 - O Plano Diretor de 1991 – Gestão Prefeito Jacó Bittar (1989 / 1992).

O Plano Diretor de Campinas de 1991, foi instituído pela Lei Complementar nº 02 de 26 de julho de 1991 e começou a ser elaborado no final da década de 80, buscando estabelecer princípios ordenadores para a maioria das políticas setoriais como saúde, educação, promoção social, cultura, turismo, esportes e segurança pública[7]. O Plano Diretor de 1991 de certa forma correspondeu a uma vertente social da questão urbana. Mostrou-se como um “espaço” de reflexão sobre a questão urbana, focando de forma sistêmica o planejamento “integrado e global”, visando assegurar sua perenidade num “processo dinâmico e contínuo”[8]. Enunciado na introdução do Caderno de Subsídios do plano temos:

> *“O Planejamento como processo dinâmico, contínuo, integrado e global, proposto através de uma abordagem sistêmica, com a ocorrência de todos os elementos físicos e não físicos integrantes da estrutura regional, rural e urbana e que não pode prescindir da participação de todos os segmentos da sociedade, como forma de assegurar a sua perenidade, objetivando garantir a preponderância do coletivo sobre o indivíduo.”*

[7 e 8] SEPLAMA – Documento do histórico dos Planos diretores de Campinas.

Este plano refletiu, segundo a urbanista Débora Frazatto Verde, também vertentes bio-naturais e noções de cidadania.

Muito embora a cidadania seja vista como ponto central das políticas propostas no Plano Diretor de 1991, faltam-lhe instrumentos que viabilizem de forma concreta a participação da sociedade nos processos administrativos da cidade.

Verde, explicita que, em relação a questão dos espaços públicos, também se faz presente na problematização para áreas de esporte e lazer na cidade. Tais temas incluíam jogos, brincadeiras e esportes como parte dos direitos universais do cidadão. Nesse contexto, o espaço público entraria como uma peça fundamental, na medida em que a sistematização de tais atividades, considerava que deveriam ser acessadas por toda a população. Isso dependeria de espaços com equipamentos públicos comunitários qualitativamente bem equipados.

Com foco institucional voltado prioritariamente à administração da gestão pública e sua estrutura funcional, a Lei do Plano de 1991 confere ao CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – de caráter consultivo e fiscalizador, a função de emitir pareceres quanto às modificações do plano, com o suporte logístico e financeiro do Executivo[9]. A alguns segmentos do CMDU foi-se então atribuído a função de conseguir manter algumas proposições inovadoras do Plano, a fim de conseguir mudanças que propiciassem a inserção social nos processos administrativos.

Além da questão social, vemos no Plano Diretor de 1991 uma abordagem ambiental relativa a uma visão “macro” do território, com a proposição de divisão do território municipal em macrozonas ambientais com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente. Porém essa abordagem foi utilizada e concretizada apenas no Plano Diretor de 1996, prevalecendo neste plano uma proposta fragmentada de zoneamento.

---

[9] MENEZES, Leôncio (cons. Titular) - palestra comemorativa dos 15 anos de atuação do CMDU em Campinas, proferida em 06/06/2006. s.n.

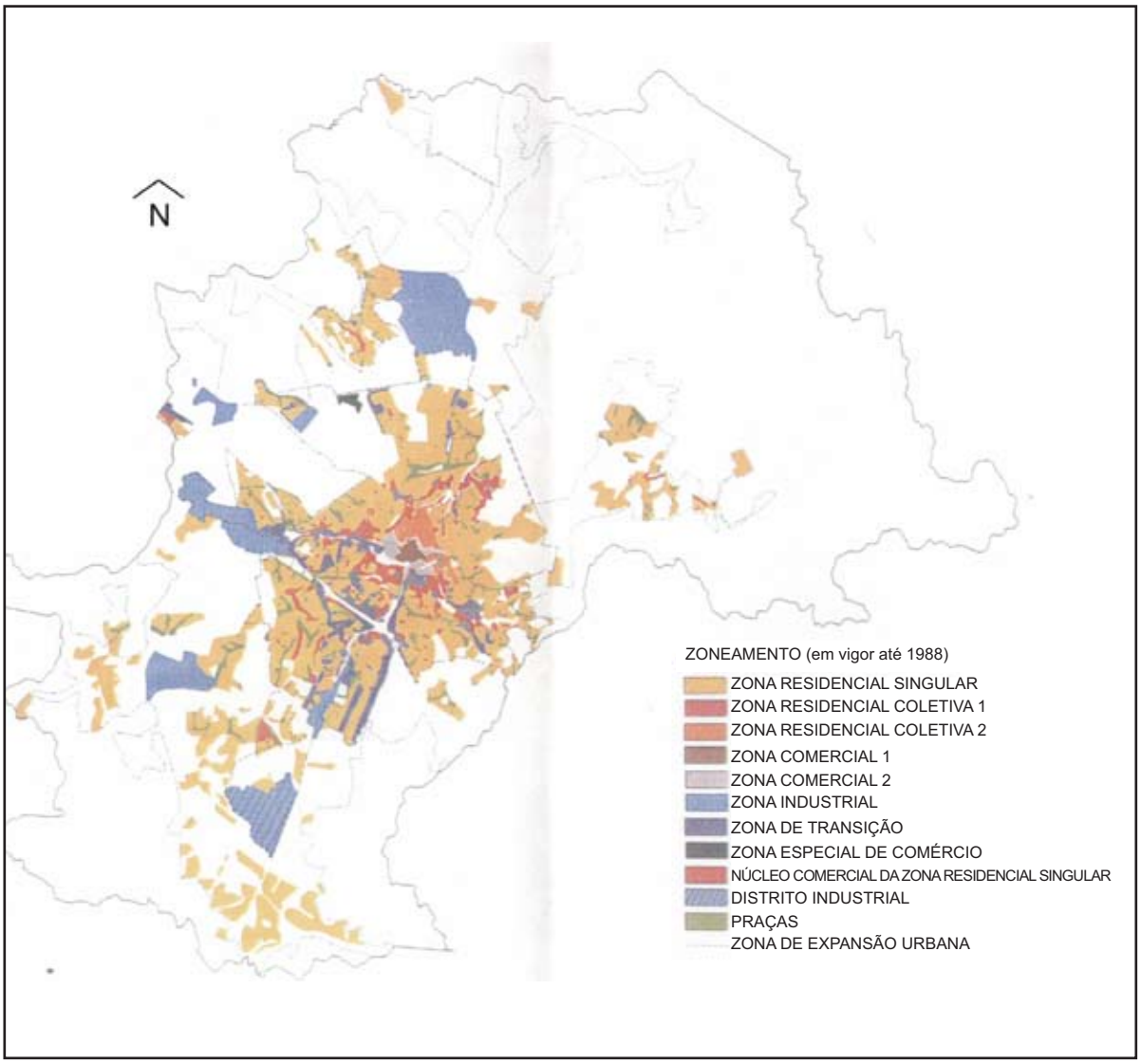

Fig. 3: *Proposta de Zoneamento do Plano do Jacó Bittar.*
Desenho: Raquel Alves (2007)
Base: Espaços Públicos do Lazer em Campinas. Verde, Débora Frazatto (1999).

1.2 - O Plano Diretor de 1996 – Gestão Prefeito Magalhães Teixeira (1993 / 1996)

Em linhas gerais, o Plano Diretor de 1996, instituído pela Lei Complementar nº 04 de 17 de Janeiro, manteve as premissas norteadoras do plano de 1991, e com isso nomeia-se como um "Plano de Revisão". Focou-se nas políticas indutoras de urbanização, como habitação, infra-estrutura de saneamento, sistema viário, etc.[10]

> *"A cidade que temos, e aquela que teremos no futuro, é fruto da participação e da negociação entre os diferentes agentes que a produzem. É também fruto da ação direta da prefeitura (...). Para que este processo de negociação e de gestão da cidade se desenvolva de forma adequada e eficaz, é preciso que haja clareza e concenso sobre as orientações pelas quais ele será guiado, seja no Plano Estratégico, seja nos aspectos específicos. (...) Não esboçamos um "projeto desejado de cidade", nem definimos um conjunto de regras e caminhos para promovê-lo"[11].*

De acordo com Verde, "enquanto o Plano de Bittar visou as políticas públicas em seu conjunto, o de Magalhães Teixeira selecionou alguns setores como fundamentais: Políticas de Uso e Ocupação do Solo, de Transportes; de Sistema Viário e Habitacional". Educação, saúde, promoção social, cultura e Lazer são deixados em segundo plano.[12]

O Plano Diretor de 1996 teve como princípio básico a concepção da estruturação físico-territorial de Campinas, tomando como base suas características estruturais urbanas e ambientais. Assim, propôs-se um macrozoneamento ambiental, já apenas intencionado no plano de 1991, subdividindo o território municipal em 7 macrozonas, 37 áreas de planejamento e 77 unidades territoriais básicas. Interessante notar que UTBs (Unidades Territoriais Básicas) são fragmentos de território definidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para que os diagnósticos territoriais, econômicos e sociais sejam estipulados com mais precisão, APs – Áreas de Planejamento são divisões feitas pela SEPLAMA (Secretaria do Planejamento de Campinas) delimitadas a partir da "dinâmica de estruturação urbana". Macrozonas, no caso de Campinas, são recortadas, englobando certo número de UTBs e APs para cada uma. No entanto, o que rege efetivamente a ocupação de uma área é o zoneamento do município. Desta forma apresentam-se muitas divisões, de lógicas diferentes e não necessariamente complementares.

---

[10] SEPLAMA – Documento do histórico dos Planos diretores de Campinas.

[11] Plano Diretor 1996 – p. 01.

[12] Espaços Públicos do Lazer em Campinas: o lugar do ficar – Verde, Débora Frazatto - 1999.

O macrozoneamento elaborado orientou o planejamento e a definição das políticas públicas, possibilitando que fossem traçadas diretrizes específicas para cada região de Campinas.

O Macrozoneamento estabelecido no Plano Diretor de 1996

Conforme já mencionado acima, Campinas foi subdividida em 7 macrozonas:

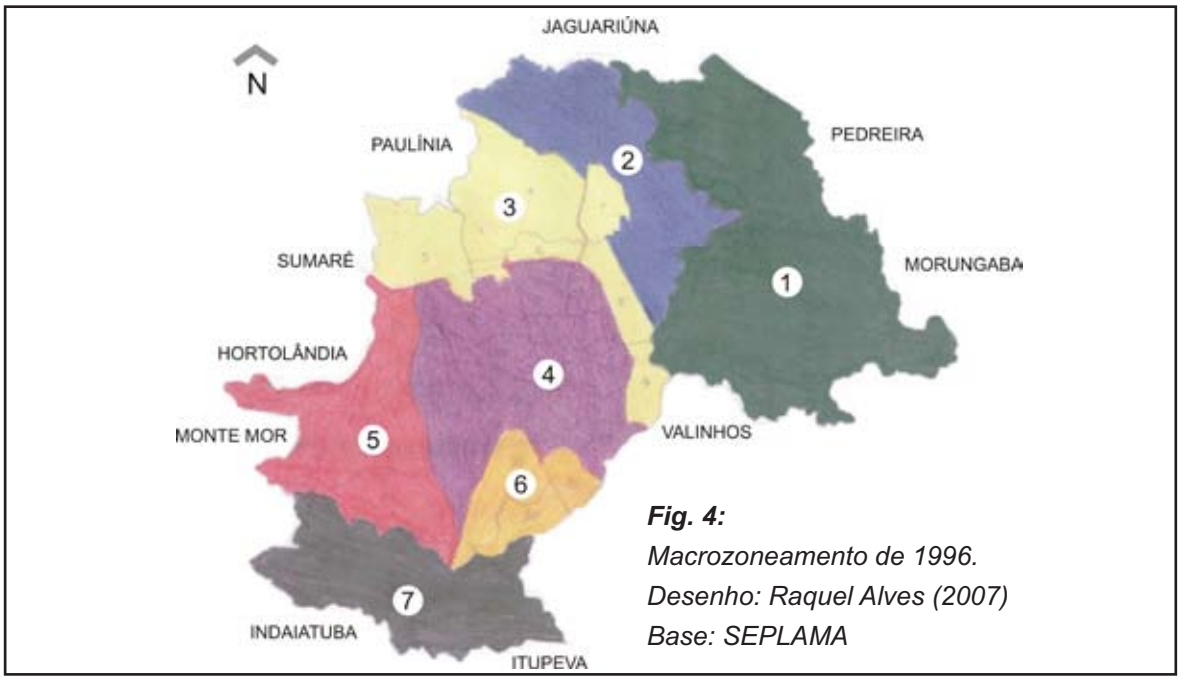

Fig. 4:
Macrozoneamento de 1996.
Desenho: Raquel Alves (2007)
Base: SEPLAMA

Macrozona 1 – Área de Proteção Ambiental (APA): Compreendia basicamente as áreas dos distritos de Souzas e Joaquim Egídio e a região dos bairros Carlos Gomes, Monte Belo e Chácaras Gargantilha.

Macrozona 2 – Área com restrição à urbanização (ARU): Área predominantemente rural da porção Norte – Nordeste do município. É uma área onde deveriam ser incentivadas as características rurais.

Macrozona 3 – Área de Urbanização Controlada Norte (AUC-N): Área com dinâmicas de urbanização desiguais, que necessitavam de ordenação e controle para que se evitasse o processo desordenado de ocupação. Compreendia as regiões de Barão Geraldo, Santa Mônica, São Marcos, Jardim Campineiro, Amarais e o corredor da Rodovia D. Pedro I.

Macrozona 4 – Área de Urbanização Consolidada (ACON): Área de urbanização mais intensa, que necessitava de otimização e racionalização de infra-estrutura existente.

Macrozona 5 – Área de Recuperação Urbana (AREC): Compreendia a porção oeste do município, que concentrava população de

baixa renda, carente de infra-estrutura, equipamentos urbanos e atividades terciárias. Necessitava-se definir políticas que priorizassem investimentos públicos visando sua requalificação urbana.

Macrozona 6 – Área de Urbanização Controlada Sul (AUC-S): Compreendia a região leste da Rodovia Santos Dumont, e demandava critérios que estabelecessem um controle de urbanização garantindo que a expansão urbana fosse ordenada e acompanhada do provimento de infra-estrutura.

Macrozona 7 – Área Imprópria à Urbanização (AIU): Área localizada no sul do município, que apresentava muitos mananciais hídricos, o que exigia definição de critérios de manejo adequado, tanto para as atividades existentes quanto para aquelas que viriam a ser instaladas. Essa era a macrozona que abrigava o Aeroporto Internacional de Viracopos.

O Plano Diretor como premissa reguladora do Território Municipal

O Plano Diretor de 1996 visou ser empreendido como ferramenta regulamentadora do desenvolvimento do município a partir do momento que estabeleceu diretrizes buscando o desenvolvimento ordenado do território municipal.

> *"A proposta de revisão do Plano Diretor de Campinas objetiva orientar o planejamento e a definição de Políticas Públicas, especialmente aquelas definidoras e/ou indutoras do processo de urbanização. Nesse sentido, as políticas de Uso e Ocupação do solo, a Política de Transportes e de Sistema Viário e as Políticas de Infra-estrutura em geral, bem como a Política Habitacional, são contempladas com diretrizes estratégicas que objetivam articular a otimização dos investimentos públicos com o desenvolvimento equilibrado do município."* [13]

Percebe-se no trecho acima que o conceito de participação fica um pouco discursivo, e as "Políticas Públicas" administrativas e os "investimentos" econômicos ganham poderes decisivos.

Em linhas gerais, os objetivos norteadores do Plano Diretor, conforme descritos no seu Título II – Capítulo I foram:

- Propiciar à população melhorias quanto ao acesso ao emprego, à habitação, aos transportes e aos equipamentos e serviços públicos;

---

[13] Plano Diretor 1996 – p. 01.

- Equilibrar o desenvolvimento urbano a fim de reduzir as desigualdades entre as diversas áreas do município;
- Promover, preservar e recuperar o desenvolvimento dos patrimônios ambiental, natural e cultural;
- Assegurar o cumprimento da função social da propriedade, cumprindo as diretrizes e mecanismos de gestão urbana constantes no próprio plano diretor;
- Compatibilizar o sistema de transportes com o desenvolvimento urbano.

Para "propiciar à população melhorias quanto ao acesso ao emprego, à habitação, aos transportes e aos equipamentos e serviços públicos" a SEPLAMA propôs de forma genérica a criação de novos subcentros ou mesmo o fortalecimento dos que já existiam. No entanto, pode-se afirmar que a população residente na região recortada para esta pesquisa leva de uma a duas horas durante o deslocamento residência / trabalho, o que demonstra que, se foram efetivamente criados novos subcentros, estes não estão suprindo o papel de "propiciar as melhorias quanto ao acesso ao emprego e a habitação" por exemplo.

Nota-se que as metas propostas neste plano diretor não foram cumpridas como pretendido. Foram elaborados planos locais para complementar e especificar, para certas localidades, as diretrizes propostas no Plano Diretor. Foram eles: Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Souzas e Joaquim Egídio, Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo e Plano Local de Gestão Urbana de Campo Grande.

O Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental da Região de Souzas e Joaquim Egídio foi aprovado em Março de 1996, buscou para a região um caráter de pólo de atração turística regional, protegendo e valorizando hotéis-fazenda, restaurantes típicos, pousadas ecológicas e pesqueiros do tipo "pesque-pague". Este plano incluiu, para sustentar suas intervenções, a participação de representantes da área em assembléias para discutir suas demandas. Pode-se afirmar que este plano foi bem sucedido, mas também pode-se afirmar que o raciocínio de preservação do Meio Ambiente implantado dentro desta APA poderia ter sido aplicado a todo município, uma vez que dentro dele há córregos, várzeas, matas remanescentes, etc.

Já o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo foi elaborado também em 1996 por representantes da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e da FAU-PUCCAMP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas). Assim como o plano acima descrito, pressupôs a participação da comunidade na sua elaboração. No entanto essa participação da população não se estendeu para implantação das diretrizes estabelecidas, as quais apresentaram preocupação marcante em relação a estruturação de locais de lazer.

Por fim temos o Plano Local de Gestão Urbana de Campo Grande, que foi elaborado em Novembro de 1996, também contando com a participação da FAU - PUC - Campinas, mas não foi aprovado. Compenetrado em questões de interesse coletivo como Políticas Habitacionais, Lazer e Áreas de recreação, trabalha a criação de um Parque Zoobotânico que visava a preservação da Mata Santa Terezinha. Salientou-se que este Parque deveria ser entendido como uma paisagem contínua onde predominariam áreas livres e/ou verdes, com usos compatíveis com a preservação ambiental, sejam eles públicos ou privados.[14]

A elaboração de três planos de gestão locais, sendo dois aprovados e apenas um bem sucedido reflete a ineficácia do Plano Diretor de Campinas enquanto instrumento regulador do território como um todo.

Flavio Villaça defende que planos atuais pretendem dar a impressão de que estão cuidando do planejamento e "aperfeiçoando-o" continuamente, apresentando apenas objetivos, políticas e diretrizes. Isso seria como *"o novo mecanismo utilizado pelos interesses das facções da classe dominante na esfera urbana para contemporizar as medidas de interesse popular. A idéia de plano diretor de princípios e diretrizes está associada à de 'posterior detalhamento', e isso nunca ocorre."*[15] Campinas parece ser de certa forma um espelho da teoria de Villaça. Planos locais são entendidos como um "detalhamento posterior" e na prática não são, em geral bem sucedidos.

---

[14] Espaços Públicos do Lazer em Campinas – Verde, Débora Frazatto – 1999 p. 159.

[15] Villaça, Flávio – Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil – in: O processo de urbanização no Brasil – Org: Déak, Csaba e Schiffer, Sueli - 1999 p. 221

1.3 - O Plano Diretor de 2006– Gestão Prefeito Hélio de Oliveira (início em 2005)

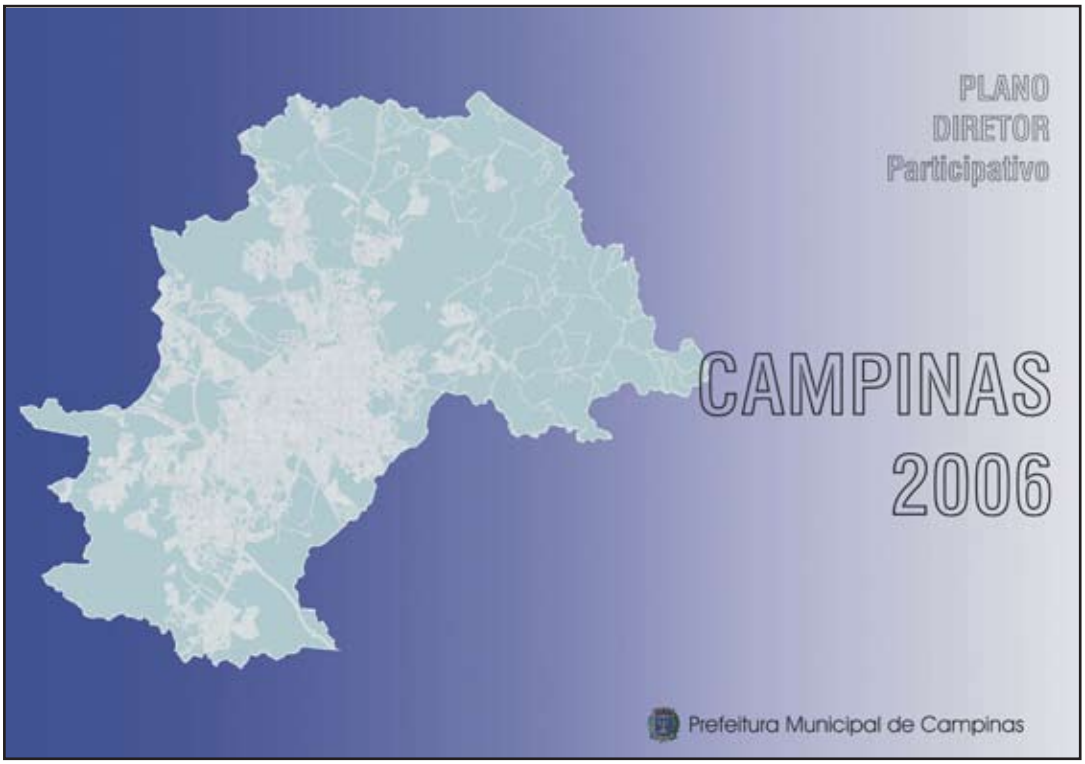

Fig. 5:
Capa do Plano Diretor de Campinas - 2006. *Base: SEPLAMA (2007)*

Dez anos após a elaboração do plano diretor de 1996, em cumprimento às exigências impostas pelo Estatuto da Cidade, Campinas teve seu Plano Diretor revisado. Desta vez, o panorama urbano é de uma região metropolitana consolidada com 19 municípios, totalizando 1.059.420,00 habitantes no município de Campinas e 2.723.099,00 habitantes em sua região metropolitana[16].

Os estudos feitos para situar o traçado da atual Campinas, verificaram um aumento de 2,5% do perímetro urbano, e um aumento de 1,58% da população residente no Município[17]. Encontra-se no entanto um município bastante semelhante ao traçado no caderno de subsídios de 1995, base de apoio do plano diretor de 1996. Dadas as taxas de crescimento sofridas pelo município nestes 10 anos e as soluções implantadas desde então, percebe-se, que em linhas gerais, respeitando a evolução urbana, mantiveram-se os mesmos desafios a serem equacionados. O Plano Diretor de 1996 não efetivou as melhorias urbanas almejadas.

---

[16] www.ibge.gov.br – 2007.

[17] SEPLAMA - Caderno de subsídios do plano diretor de 2006, capítulo de Caracterização urbana, em "alterações do perímetro urbano".

Salientou-se, no caderno de subsídios do plano diretor de 2006 (capítulo sobre caracterização urbana), novamente o acentuado processo de saturação do centro da cidade, com excessiva concentração de atividades terciárias nesta região; o adensamento e a verticalização que ainda ocorrem de maneira dispersa por toda a cidade ocupando áreas sem provimento de infra-estrutura necessária, e a conseqüente existência de um grande número de lotes e glebas vagos com potencial e infra-estrutura para ocupação no interior da malha urbana; e também a presença de inúmeras favelas e ocupações sem condições mínimas de saneamento ou ocupando áreas de risco, assim como a presença maciça de habitações de interesse social distantes da malha urbana, como já ocorria em 1996, e o avanço da malha urbana sobre áreas destinadas à preservação ambiental. De certa forma, encontra-se o mesmo panorama urbano e social.

Com este quadro, arrisca-se afirmar que o Plano Diretor de 2006 é uma rediagramação do Plano de 1996 para atualizá-lo. Isto porque a equipe da SEPLAMA que o elaborou é quase a mesma que elaborou o plano anterior.

No processo de revisão do plano diretor, buscou-se a elaboração de um Plano Diretor Participativo, já que a participação da comunidade no traçado do quadro das demandas políticas, econômicas e sociais contribui para aproximar o estipulado no plano à realidade. Ocorreram então debates cívicos, um em cada nova macrozona proposta, para repensar a cidade, o município e suas regionalidades, mas desta vez a participação popular não é vista mais como uma obrigatoriedade imposta pelo Estatuto da Cidade. Visa-se também a participação popular nos debates referentes ao processo de viabilização do Plano Diretor em suas escalas locais de gestão, pois a eficácia deste processo já foi assimilada. Desta forma, o Conselho da Cidade de Campinas propôs oficialmente a composição de duas comissões técnicas, uma referente ao uso e ocupação do solo e outra referente às questões técnicas ambientais; ambas compostas por: conselheiros, membros da comunidade, especialistas e representantes de secretarias municipais[18].

Em Outubro de 2006 finalizou-se a revisão do Plano Diretor, que foi aprovado em 28/12/2006.

---

[18] SEPLAMA - Caderno de subsídios do plano diretor de 2006, capítulo de Caracterização urbana.

O Macrozoneamento estabelecido no Plano Diretor de 2006

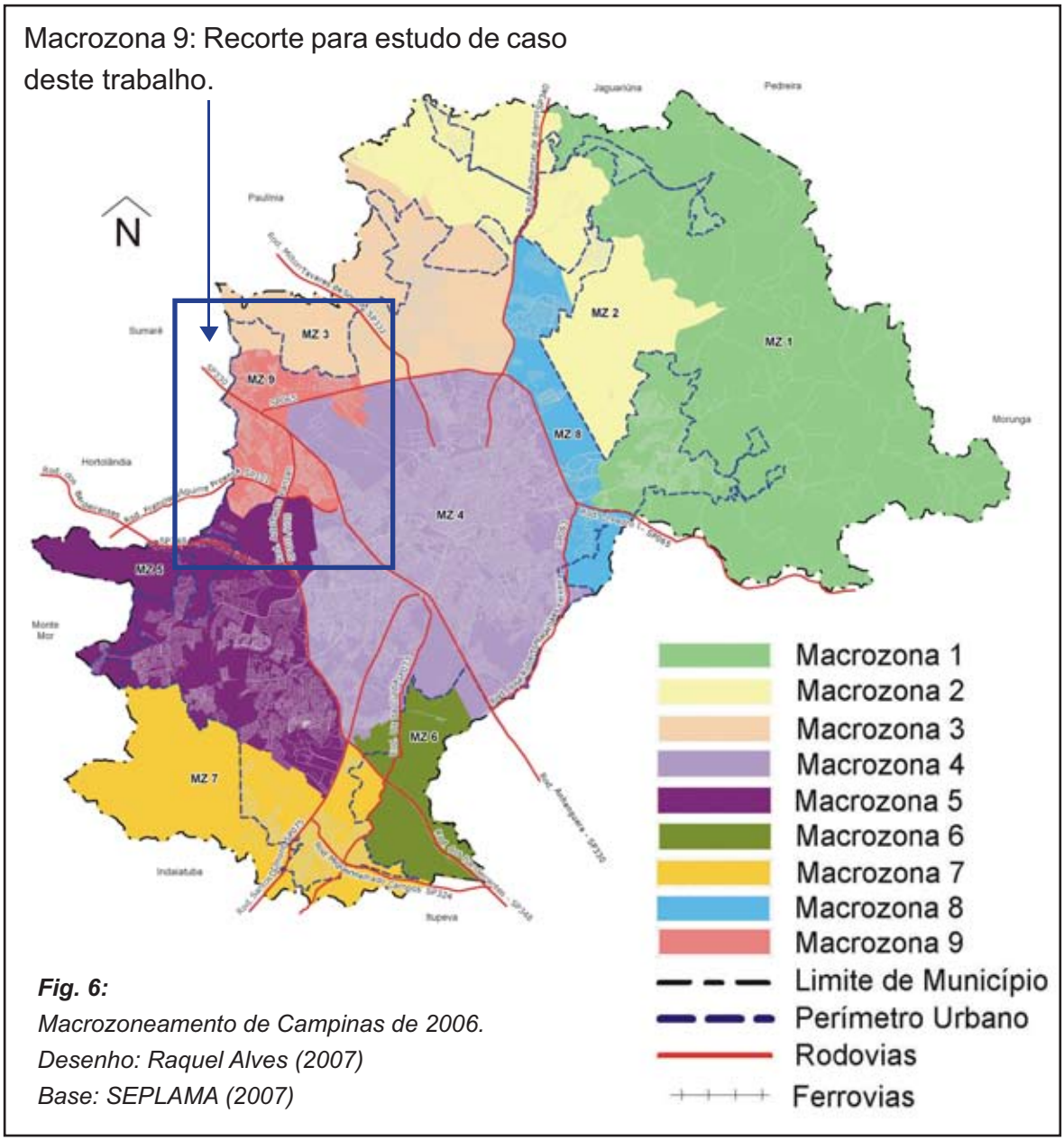

Fig. 6:
Macrozoneamento de Campinas de 2006.
Desenho: Raquel Alves (2007)
Base: SEPLAMA (2007)

O município, que era até então subdividido em 7 macrozonas, foi subdividido em 9 macrozonas [19].

O novo macrozoneamento subdividiu o território municipal da seguinte maneira (vide fig. 6).

[19] SEPLAMA - Caderno de subsídios do plano diretor de 2006, em “proposta de estruturação urbana”.

As novas macrozonas criadas foram assim denominadas:

Macrozona 01: Área de Proteção Ambiental (APA)
Macrozona 02: Área de Controle Ambiental (ACAM)
Macrozona 03: Área de Urbanização Consolidada (AUC)
Macrozona 04: Área de Urbanização Prioritária (AUP)
Macrozona 05: Área Prioritária de Requalificação (APR)
Macrozona 06: Área de Vocação Agrícola (AGRI)
Macrozona 07: Área de influencia aeroportuária (AIA)
Macrozona 08: Área de Urbanização Específica (AURBE)
Macrozona 09: Área de Integração Noroeste (AIN)

1.4 - O Plano Diretor e o Zoneamento Municipal - Um paradoxo

Ficou estipulado, conforme descrito no caderno de subsídios do plano diretor de 2006, que as diretrizes a serem seguidas a fim de amenizar a problemática urbana contemporânea, similarmente às traçadas no plano diretor de 1996, são[20]:

- Controlar a expansão e a ocupação urbanas;
- Rever a legislação de uso e ocupação do solo;
- Rever a legislação que dispõe sobre a implantação de loteamentos fechados;
- Desenvolver programa de revitalização da área central;
- Fomentar o desenvolvimento de sub-centros;
- Estabelecer critérios para compatibilização de usos com as condições da infra-estrutura instalada;
- Incentivar a ocupação dos vazios urbanos infra-estruturados;
- Estabelecer critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo que garantam adequação dos recursos ambientais.

Apesar de “bem intencionado”, o plano ainda não atua como ferramenta geradora de instrumentos que viabilizem a ordenação do desenvolvimento do território como um todo. Fica nítido que faz-se necessário o “posterior detalhamento”, alvo de crítica de Villaça. Os próprios verbos empregados pela SEPLAMA para caracterizar o plano de ações do Plano Diretor de 2006 como “Rever”, “Desenvolver”, “Fomentar” e “Incentivar” implicam em ações futuras.

---

[20] SEPLAMA - Caderno de subsídios do plano diretor de 2006, capítulo de Caracterização urbana.

Além disso, novamente insiste-se no conceito de zoneamento imposto em ambos os planos, regendo padrões homogêneos de ocupação e de atividades cotidianas, conforme estabelecido na Seção II, Artigo segundo da Lei de Uso e Ocupação do solo do Município de Campinas[21]:

"As Categorias de Uso do Solo com finalidade urbana são as seguintes:

I - Categoria de Uso Habitacional;
II - Categoria de Uso Comercial;
III - Categoria de Uso de Serviços;
IV - Categoria de Uso Institucional;
V - Categoria de Uso industrial.

ARTIGO 3o

A Categoria de Uso Habitacional compreende duas Subcategorias:

I – Habitações Unifamiliares – H (...)
II - Habitações Multifamiliares – HM (...)

ARTIGO 4o

A Categoria de Uso Comercial compreende três Subcategorias:
I – Comércio de âmbito Local – CL (...)
II – Comércio em Geral – CG (...)
III – Comércio Atacadista – CA (...)
(...)"

A ocupação miscigenada do solo, de forma a garantir a comodidade dos cidadãos se torna inviável perante a lei. Com isso desconsidera-se pensamentos contemporâneos, frutos posteriores da produção de Jane Jacobs que defendem uma heterogeneidade harmônica dos espaços urbanos atendendo de forma mais real a comodidade dos cidadãos. Interessante notar que, uma vez permitida a heterogeneização de ocupação, além de possibilitar a regularização de uma série de atividades comerciais que encontram-se irregulares, agilizaria-se por exemplo, a criação dos sub centros urbanos reconhecendo-se o comércio potencial já existente em zonas "residenciais", vazios urbanos seriam ocupados e a legislação de uso e ocupação do solo seria automaticamente revista.

---

[21] Lei nº6031 de 29 de dezembro de 1988.

2 - A NATUREZA URBANÍSTICA DE UMA REGIÃO MARCADA PELA PRESENÇA DE RODOVIAS EXPRESSAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA

2.1 - Apresentação da Macrozona 9

A Macrozona 9, assim identificada e recortada pela SEPLAMA em 2006 como Área de integração Noroeste, surgiu a partir do novo recorte de macrozoneamento ambiental, elaborado na revisão do Plano Diretor de 1996 para definir o Plano Diretor de 2006. Essa região possui, como característica de ocupação do solo, a mescla entre residências, comércio e indústria. Este caráter definiu-se no início da década de 1980, com a implantação do conjunto habitacional Padre Anchieta, o qual levou para o local cerca de 15 mil habitantes. Com isso o caráter residencial desta região tomou força ao lado do caráter industrial que já era presente e fortaleceu o caráter comercial tanto para abastecimento local quanto para suprir as demandas das rodovias que cruzam a região. Pelo recorte feito no Plano Diretor de 1996, a área da atual Macrozona 9 compreendia trechos das Macrozonas 3, 4 e 5. Em 2006, decorridos 25 anos desde a implantação do conjunto habitacional Padre Anchieta, temos uma mesma região, com mesmos desafios a serem solucionados, mesmo caráter de ocupação do solo, porém com novas fronteiras virtuais.

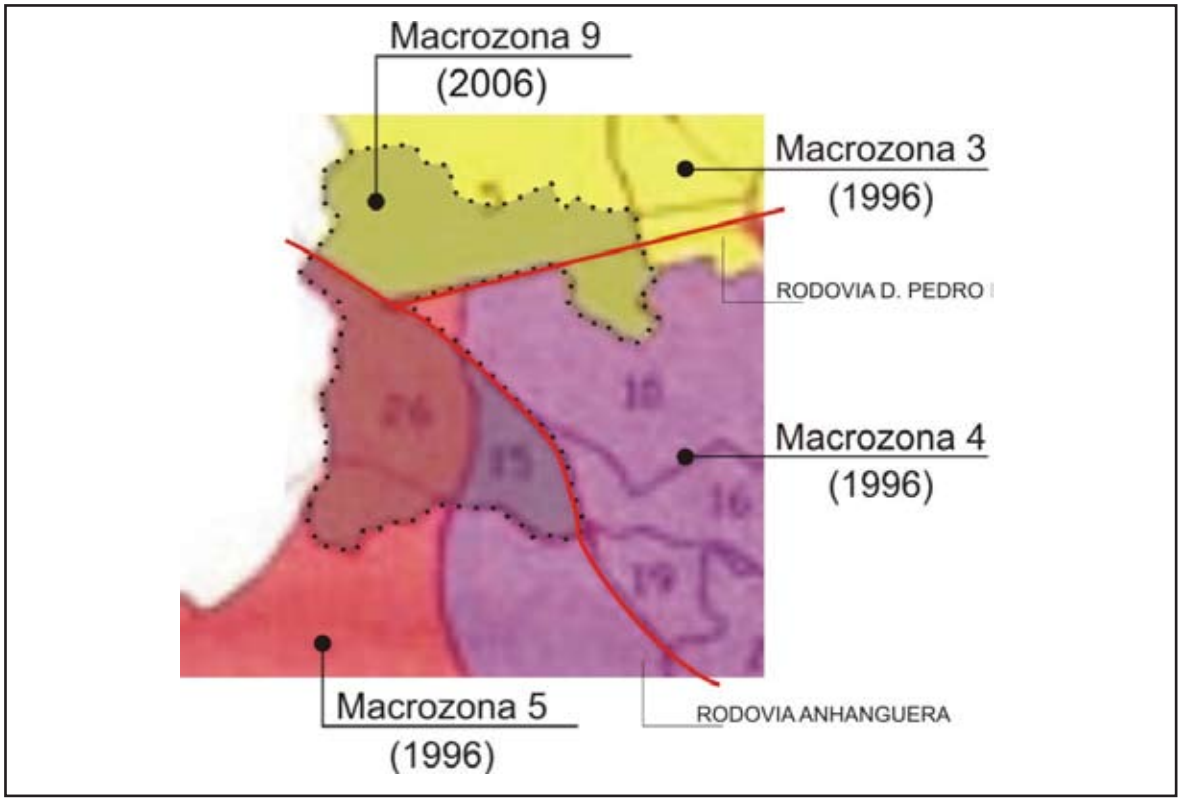

Fig. 7: *Traçado da Macrozona 9 sobre o macrozoneamento de 1996*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: SEPLAMA*

Caracteriza-se por possuir a maior parte de sua população concentrada em grandes conjuntos habitacionais, que atendem populações de média e baixa rendas, por possuir Rodovias estaduais ao invés de avenidas no seu traçado viário estrutural (que neste caso torna-se mais desarticulador que articulador) e também por sofrer intenso processo de conurbação com Sumaré e Hortolândia.

Engloba regiões do município que abrigam população de média e baixa renda[22], que desenvolveram-se distantes da malha urbana consolidada e com pouca conexão com a mesma, devido a proximidade com que se instalaram das Rodovias que a recortam e também por ocuparem áreas onde se configuravam anteriormente vazios urbanos.

Além do fato de ser transpassada por rodovias, é vizinha de extensas áreas livres como as Fazendas do Exército, Santa Elisa, Santa Genebra e área do Complexo Delta[23] , o que só contribui para que tenha baixa articulação com o restante da cidade, sendo assim a área que apresenta menor conexão com a malha urbana do município.

Mesmo tendo as fazendas como suas vizinhas, a Macrozona 9 quase não incorpora áreas de vegetação nativa remanescente, apenas alguns nichos na área onde hoje está sendo cosntruído o Parque da Mata. Além disso, sua arborização que poderia agir como um elemento que resgatasse o caráter nativo ecológico da região, é descontínua e sem manutenção constante. Desta forma, fica difícil interligar ambientalmente e ecologicamente a superfície da Macrozona 9. Este quadro revela uma falta de ligação entre a população e o ambiente natural que a cerca. Pois quando há esta ligação as pessoas se responsabilizam pela manutenção das árvores por exemplo, assim como falta de cuidados públicos como podas adequadas e replantios.

---

[22] Distrito de Nova Aparecida, Parque Cidade Campinas, Jardim Mirassol, bairro San Martin, São Marcos, Santa Mônica, Vila Padre Anchieta, Parque Santa Bárbara, Parque Fazendinha e Parque Via Norte

[23] Complexo DELTA: Segundo apresentou o Prof. Dr. Waldir Bizzo, da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp, no I worshop internacional Brasil-Japão sobre Energia, Meio ambiente e Desenvolvimento sustentável em Junho de 2003, o Aterro Delta foi projetado atendendo os critérios técnicos de engenharia sanitária, mas teve seu início de operação sem licença ambiental da Cetesb, em 1992. Atualmente cumpre os requisitos básicos da Cetesb, e opera também a estação de tratamento de Chorume (eliminação das lagoas de chorume no aterro) e por ter sua nota de classificação de Cetesb elevada para 8,2 em 2002, passou a ser considerado um aterro sanitário. O Complexo Delta possui 2 camadas envoltórias de restrição urbana: A interna é de restrição total e também destinada ao reflorestamento, a externa é de restrição parcial destinada a usos não habitacionais. É considerado “Complexo” Delta por exercer diversas funções: Possui uma central de tratamento de resíduos industriais, possui uma usina integrada de tratamento e destinação final, possui um aterro sanitário, possui um sistema de triagem, seleção, recuperação e reciclagem de resíduos e possui uma central de britagem de entulhos.

Fig. 8: *A Macrozona 9*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: Google Earth e SEPLAMA*

As rodovias e o desenvolvimento urbano local: Um contratempo

Como a região desenvolveu-se no entorno de entroncamentos e eixos viários e rodoviários das Rodovias D. Pedro I, Anhanguera, Adalberto Panzan (trecho entre as rodovias Bandeirantes e Anhanguera) e Francisco Aguirre Proença (Campinas- Monte Mor), ela apresenta-se como confluência de logísticas de escala Federal, Estadual e Municipal, ou seja, abriga tanto comércio que atende as demandas locais quanto comércio voltado ao abastecimento das rodovias (postos de gasolina, borracharias, etc), abriga atividades industriais de médio e grande portes e com isso gera uma tendência à fixação de empreendimentos de abrangência supra-regional, tais como a CIATEC – Cia. Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas e o TIC – Terminal Intermodal de Cargas, que compreende um terminal de transportes de carga e armazéns alfandegados. Juntamente com esse perfil que abriga empreendimentos de grande porte, acolhe nichos residenciais – tanto os bairros acima mencionados quanto conjuntos habitacionais voltados à população de média e baixa rendas.

Em seu trecho recortado pela Rodovia Anhanguera por exemplo,

Fig. 9: *Entroncamento rodovias Anhanguera e D. Pedro I*
Base: SEPLAMA

observa-se diferentes dinâmicas de urbanização: a malha urbanizada que se encontra a leste da rodovia caracteriza-se pela presença de indústrias e todo seu entorno, tanto os vazios urbanos lá presentes quanto seu comércio delineiam e abastecem as atividades industriais. Enquanto isso, a parcela oeste deste mesmo trecho da Anhanguera é prioritariamente residencial, com comércio para abastecimento local (esta região é vista pela SEPLAMA como potencial para formação de um sub centro).

2.2 Histórico da região da Macrozona 9:

De acordo com Ari Fernandes[24] , Campinas teve sua primeira divisão de distritos em 1946, ficando com 7 distritos (atualmente possui apenas 4): Paulínia, Sumaré, Valinhos, Souzas, Joaquim Egídio, Barão Geraldo e Aparecida. Foi nesta data que a história da região de Nova Aparecida iniciou-se.

[24] Ari Vicente Fernandes: Professor titular da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Doutor em Urbanismo.

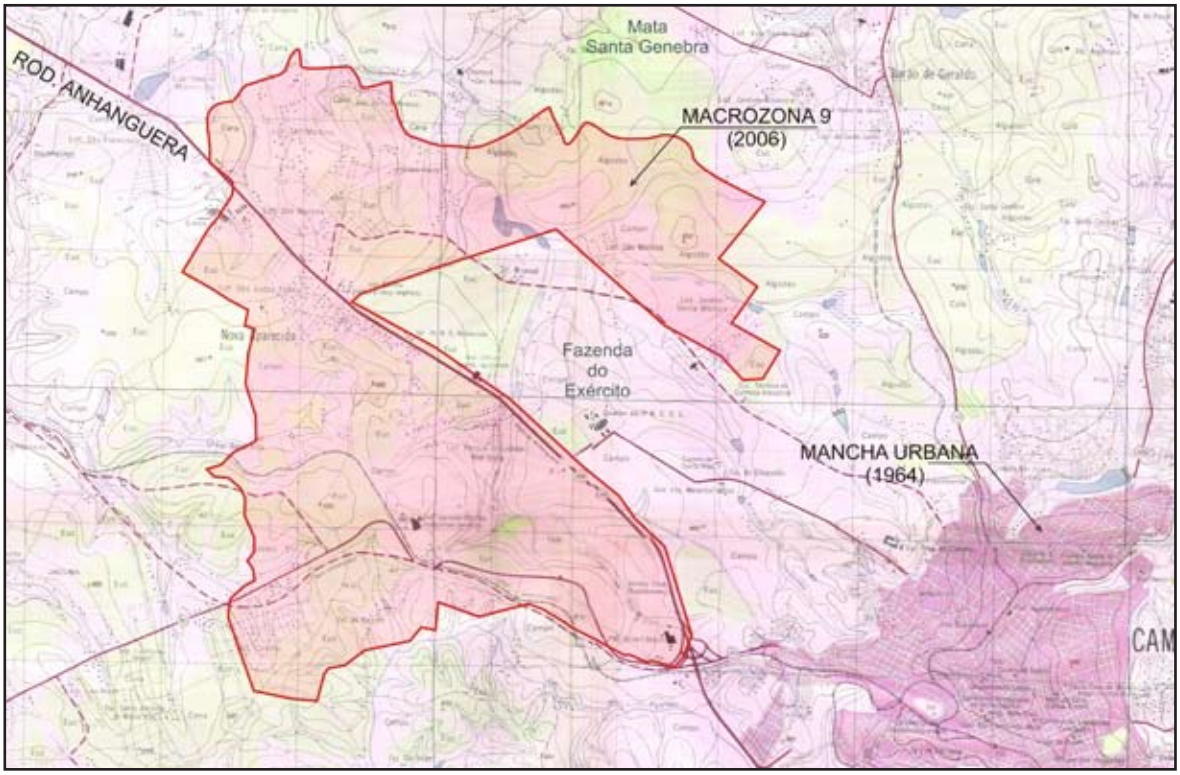

Fig. 10: *O Município de Campinas em 1964 e a Macrozona 9*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: IGG - Instituto de Geografia e Geologia (1964)*

Quando a Rodovia Anhangüera foi construída, ela cortou ao meio o distrito de Nossa Senhora de Aparecida - que ainda era uma zona rural – passando, de uma maneira simplificada, a oeste de Campinas e leste de Sumaré. Nesta época, a sede distrital de Aparecida não era ainda muito bem caracterizada, sendo Sumaré o distrito mais consolidado pois tinha uma estação de trem. Percebe-se aí que o processo que é atualmente nomeado como “conurbação urbana” entre Campinas e Sumaré, já se prenunciava antes mesmo do distrito de Sumaré se emancipar e passar a ter o caráter de município.

O novo grande traçado “rasgado”, caracterizado pela implantação da Anhanguera, trouxe urbanização pois provocou e estimulou o parcelamento e loteamento das áreas que margeavam a rodovia. No processo de implantação da Rodovia, a Igreja Nossa Senhora Aparecida, que deu origem ao nome do distrito, acabou sendo separada de seus fiéis, já que ela ficou de um lado da pista e os moradores da região de outro (uma distância curta os separa, mas para os moradores chegarem na igreja, precisam percorrer um longo percurso, já que uma rodovia não comporta travessias de pedestres). Nesta época tem início então um dos principais paradoxos urbanísticos da área: a presença marcante de uma rodovia estadual onde se deveria haver uma avenida de caráter intra urbano que ligasse o distrito ao centro da cidade. Por causa disso, até hoje os dois lados da Anhanguera são bastante distintos e com baixa comunicação entre si – um predominantemente industrial e outro predominantemente residencial, sendo que antes da Anhanguera,

a divisa Campinas – Sumaré era caracterizada apenas por ocupações de beira de estrada e parcelamentos de solo esparsos.

Os nomes Nova Aparecida ou Aparecidinha (versão mais popular) surgiram após a passagem da Anhangüera pois ela deslocou o centro do distrito, criando-se um novo marco zero (o original ficou embaixo da rodovia construída). Quando este bairro consolidou-se, sua região ainda era rural e desgarrada da cidade de Campinas. Sua fixação deu-se, portanto, devido a existência de Sumaré, que já tinha seu limite urbano próximo.

A construção da Anhanguera, no final da década de 1940, contou com uma generosa desapropriação de terras, quase quatro vezes superior que em construções de estradas anteriores. Portanto, essa rodovia foi desenhada para não atravessar áreas urbanas visando corte de gastos excessivos. Essa intenção foi obedecida, mas não na área do distrito de Aparecida, que ficava bem no meio do traçado planejado e portanto seria necessário um desvio inconveniente para evitar seu recorte. Com isto, estimulou-se a transformação da área até então rural, em urbana.

Já com a construção da Rodovia D. Pedro I, na década de 1970, áreas urbanas foram loteadas para serem valorizadas aparecendo assim os bairros São Marcos e Santa Mônica. Isso se deu porque o pagamento das áreas a serem desapropriadas para a construção da rodovia, que seria feito em alqueires, poderia aumentar se as mesmas fossem transformadas em áreas urbanizadas.

A Rodovia D. Pedro I, ao ser construída, tangencia a Fazenda do Exército mas acaba por cortar uma parte dela que chegava originalmente até a Estrada dos Amarais. O mesmo acontece com a Fazenda Santa Eliza, do IAC – Instituto Agronômico de Campinas. No caso da Fazenda Santa Eliza, a faixa de sua área que ficou ao norte da rodovia foi vendida. Já a Fazenda do Exército, manteve sua propriedade que ficou repartida com a rodovia.

2.3 Um panorama atual da Macrozona 9

Fala-se de uma região consolidada há pelo menos 25 anos (desde 1980, com a construção da Vila Padre Anchieta, a primeira grande ocupação residencial da região), mas que possui um novo traçado de fronteiras estratégico, criado no Plano Diretor de Campinas de 2006.

Caracteriza-se pela mescla de usos habitacionais de baixa renda com usos comerciais e industriais, que se alternam com áreas vazias[25] distribuídas ao longo do eixo de expansão horizontal. A partir de um cálculo de áreas feito

---

[25] Entende-se área vazia dentro da Macrozona 9 como fragmentos não ocupados do tecido urbano, providos de infra-estrutura urbana, que desempenhem ou possuem potencial para desempenhar papel ambiental significativo.

Fig. 11: *Os vazios urbanos da Macrozona 9*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: SEPLAMA*

sobre o mapa de uso do solo da região, estima-se que aproximadamente 27% da Macrozona 9 seja composta por vazios urbanos, conforme delineado em branco na figura acima.

A população total da região, segundo o Censo de 2000, era de 75.747 habitantes, representando 7,81% da população do município. No entanto, já podemos considerar que a população residente aumentou para o número mínimo de aproximadamente 97 mil habitantes, com a implantação dos conjuntos residenciais Vila Esperança, Vila Olímpia e CDHUs "E" e "F", posteriores ao ano 2000. A população favelada da macrozona, que se concentra principalmente na região dos bairros São Marcos, Santa Mônica e Jardim Campineiro era, no ano do censo, da ordem de 16.645 habitantes, representando cerca de 13,0 % da população favelada do município.

Quando constatamos que uma região apresenta ao mesmo tempo ocupações industriais, comerciais e residenciais, vemos um paradoxo de uso e ocupação do solo ou vemos a heterogeneidade urbana tão defendida e difundida

pelo trabalho de Jane Jacobs? Neste caso, talvez ambas.

A ocupação heterogênea formada na Vila Padre Anchieta por exemplo, composta por residências térreas e apartamentos, comércio local e comércio voltado ao abastecimento da Rodovia Anhanguera e algumas pequenas indústrias pode ser vista como uma ocupação com potencial de formação de sub centro, o que revela a consagração de uma heterogeneidade saudável.

No entanto, se olharmos a região como um todo, com Rodovias estaduais no papel de avenidas, conjuntos habitacionais se implantando em zonas industriais desobedecendo o estipulado pelo zoneamento municipal, outros conjuntos habitacionais cercados por vazios urbanos, indústrias e comércios de médio e grande porte vizinhos bairros residenciais, fica difícil pensar numa heterogeneidade saudável. Estipula-se uma relação de vizinhança agressiva e incompatível.

As diretrizes propostas para a Macrozona 9:
Um planejamento global ou pontual?

Após ser delineada, caracterizada e analisada a região da Macrozona 9, no decorrer do processo revisão do Plano Diretor de 1996 para formular o Plano Diretor de 2006, a SEPLAMA norteou o desenvolvimento urbano dessa área, com diretrizes, apresentadas de forma genérica, sem indicação dos instrumentos urbanísticos que venham viabilizar a efetivação delas.

> *"- Garantia de um padrão de média densidade para AP 26 e para o Recanto Fortuna, e área adjacente (Sítio Mirassol), inclusive para habitação de interesse social, compatibilizada com as capacidades das infra-estruturas;*
>
> - Priorização de investimentos de infra-estrutura no Jardim São Marcos / Jardim Santa Mônica e remoção da população em área de risco;
>
> - Remoção da população localizada em área crítica de inundação do Córrego Piçarrão, e recuperação da planície fluvial;" [26]

A diretriz é lançada, mas não se define como o padrão de média densidade deverá ser atingido. Incentivando construção de novos conjuntos habitacionais nas áreas vazias? Ou adensando as áreas já ocupadas por habitação? Qual seria, neste caso, o elemento indutor que traria novas ocupações para a região? Aqui, as três diretrizes acima mencionadas poderiam trabalhar como uma só: A remoção das populações que habitam áreas de risco e áreas de inundação se daria com a transferência das mesmas para outros conjuntos habitacionais na

[26] Termos de Referência Plano Diretor 2006 , capítulo "Divisão Territorial", p. 29

região, equacionando também o padrão e a densidade de ocupação. Potencializar a demanda de uma região que venha se caracterizar como residencial também induziria a formação de subcentros, como o sugerido para a região do Distrito de Nova Aparecida, descrita a seguir:

> "- Incentivo a formação de sub centros na região de Aparecidinha / Padre Anchieta.
>
> - Priorização do transporte coletivo através de sistema integrado por ônibus;
>
> - Intervenção na estrutura viária para promover ligações inter bairros;" [26]

Coloca-se a diretriz, mas qual seria a ferramenta indutora de consolidação de sub centros? Entende-se aqui que, como a maior parte da população residente na região desloca-se entre uma a duas horas para ir e/ou voltar do trabalho, ofertar empregos locais amenizaria a questão do deslocamento demorado, potencializaria o comércio local e consequentemente consolidaria-se um subcentro. Em decorrência disso, não seria emergencial a solução viária que conectasse a região com a malha urbana consolidada, pois este fluxo circulatório de transporte seria suavizado. Assim, priorizar soluções de transporte coletivo que facilitem a conexão da região com a cidade consolidada parece contradizer a proposta de induzir e fomentar a criação de sub centros na Macrozona 9.

Fica evidente aqui que continua-se fazendo planejamento urbano fragmentado no município, cheio de boas intenções mas com diretrizes que se contradizem entre si. Um modelo de planejamento como este, mesmo que se conte com um Plano de Gestão Local posteriormente, tem grandes chances de ser ineficaz.

---

[26] Termos de Referência Plano Diretor 2006 , capítulo "Divisão Territorial", p. 29

5 - ASPECTOS DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DA MACROZONA 9

Quando falamos em “Sistema de Espaços Livres”, referimo-nos a um conjunto de espaços não edificados que interagem entre si. A existência de um determinado espaço livre, seu uso e caráter, influencia o tipo de ocupação do espaço livre vizinho. Por isso é inoperante pensar num determinado espaço isoladamente.

Quando a SEPLAMA delineou os limites da Macrozona 9, ela parece levar em consideração apenas o sistema urbano que está dentro da área. O próprio mapa utilizado por ela para representar a área não apresenta nenhuma relação de vizinhança.

Como já foi apresentado anteriormente, a Macrozona 9 apresenta problemas vinculados à sua conexão com o restante da cidade devido ao seu entorno. Obviamente, ele não pode ser ignorado.

O entorno da Macrozona 9 caracteriza-se por um tecido urbano contínuo, na porção oeste da região, onde temos o processo de conurbação de Campinas com Hortolândia e Sumaré. Já nas porções norte, sul e leste da macrozona, temos áreas livres extensas – Fazenda do Exército, Fazenda Santa Genebra, Fazenda Santa Eliza e Complexo Delta, que interferem diretamente no cotidiano urbano e social da região.

Fig. 78: *A Macrozona 9 e seu entorno*
Desenho: Raquel Alves (2007)
Base: Google Earth e SEPLAMA

Desta maneira, muito embora as áreas livres acima mencionadas estejam fora dos limites delineados pela SEPLAMA para a Macrozona 9, para este trabalho elas serão entendidas como pertencentes ao Sistema de Espaços Livres da região.

Observando-se a foto aérea da região notamos que tanto a Fazenda do Exército (também conhecida como Fazenda Chapadão) quanto a Fazenda Santa Eliza possuem parte de suas superfícies tomadas por vegetação gramínea e arbustiva, sem grandes densidades de exemplares arbóreos. Isso revela que a maior parte do entorno da Macrozona 9 não possui arborização nativa remanescente. O mesmo ocorre na sua parcela sul, onde encontra-se implantado o Complexo Delta.

5.1 - A Fazenda Santa Eliza

Fig. 78: *Fazenda Sta. Eliza* *Desenho: Raquel Alves (2007)*
Base: Google Earth (2007)

A Fazenda Santa Eliza é vista por pesquisadores e também por órgãos públicos municipais como uma reserva florestal, que abriga o centro de experiências do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e portanto colabora com informações e métodos para cuidados com as questões ambientais de Campinas.

O nicho arbóreo existente em seu interior fornece informações, a partir de pesquisas, que auxiliam na recuperação das áreas devastadas pela monocultura ou por outros fatores destrutivos da agricultura moderna. A mata existente no seu interior é composta por aproximadamente uma centena de espécies de árvores, onde destacam-se Jequitibás branco e vermelho (alguns com mais de 100 anos), Perobas, Canelas, Jacacatiás e Cassias, entre outras. Dentro de sua área total, temos 46 hectares de mata nativa, 169,4 hectares de arboretos, 181,5 hectares de várzea, 125,85 hectares de cerrado, além de cursos d'água e represas.[36]

Fig. 79: *Bambuzal - Interior da Fazenda Sta. Eliza*
Base: IAC (2007)

Observamos que na faixa que tange a fronteira da Macrozona 9, há o cultivo de café, assim como ampla área de várzea, arboretos, área pequena porém densa de mata nativa, todas cercando a ampla área de experimentações científicas do Instituto Agronômico. Além disso, dentro da faixa vegetal proposta, temos um longo corredor de bambu, muito visitado pela população.

Muito embora não seja tão evidente na foto aérea da região, a Fazenda é, segundo apresentado pelo IAC, completamente ocupada e planejada.

Percebe-se claramente que não existe possibilidade de a Fazenda ser "atravessada" pela população. Para os moradores da Macrozona 9, a Fazenda Santa Eliza é como um obstáculo para a conexão com o tecido urbano consolidado.

[36] www.iac.sp.gov.br

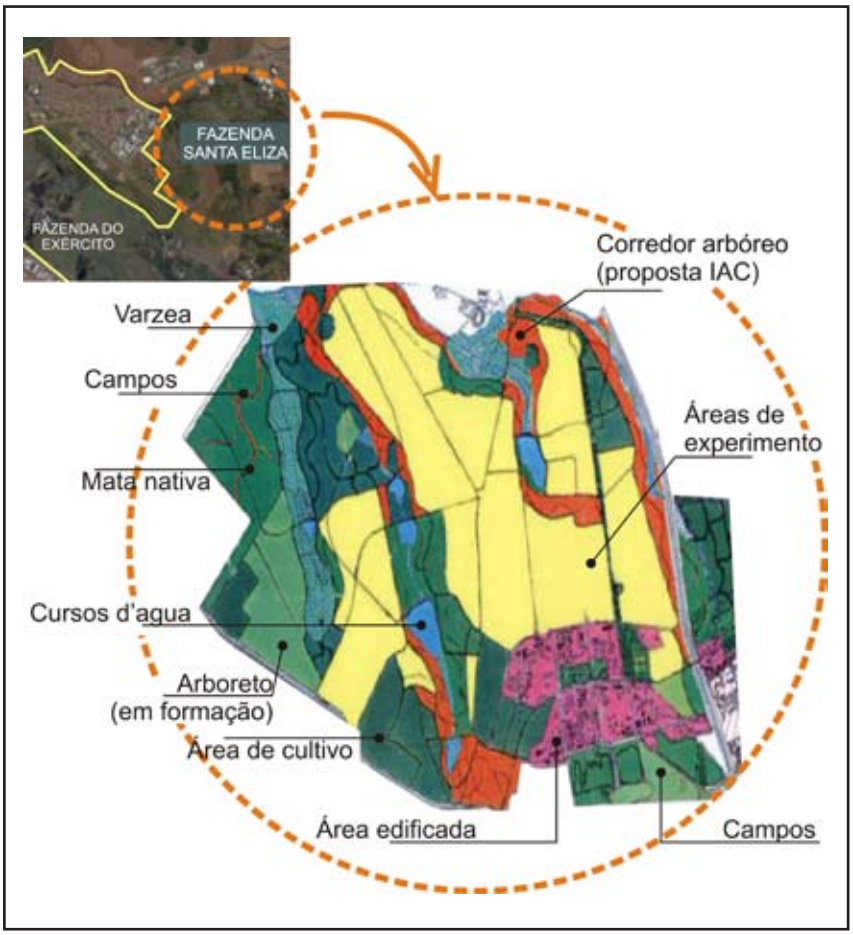

Fig. 80: *A Fazenda Santa Eliza - Divisão interna*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: Google Earth e IAC (2007)*

5.2 - A Fazenda Santa Genebra

Fig. 81: *A Fazenda Santa Genebra*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: Google Earth (2007)*

No final do século XIX, a área da Fazenda Santa Genebra pertencia ao Barão Geraldo de Rezende, e era reconhecida como uma fazenda modelo na plantação de café pela utilização de tecnologias avançadas na época. No final de sua vida, o Barão teve dificuldades financeiras por financiar a construção de uma estrada de ferro que ligava Campinas à Cosmópolis, e por isso leiloou sua fazenda pelo governo. A família Oliveira, que comprou a fazenda Santa Genebra, manteve preservadas as áreas florestais, mas a Mata de Santa Genebra foi doada ao município oficialmente em 14 de julho de 1981[37] . Para que a área fosse preservada e não se tornasse um parque ou bosque público, chegou-se a um consenso jurídico: foi doada a sombra da Mata. Desta maneira, se a cobertura vegetal fosse destruída, a propriedade retornaria aos proprietários.

Com a sua preservação, a Mata Santa Genebra tornou-se a maior área contínua de vegetação nativa da região de Campinas. Dentro da sua reserva são realizadas atividades de pesquisa científica e educação ambiental, que juntas, geram conhecimento suficiente para orientar as estratégias de conservação das riquezas naturais, como também servem de subsídio para a elaboração do plano de manejo desta e de outras áreas de reserva natural. Observamos então que tanto as áreas da Mata Santa Genebra quanto da Fazenda Santa Eliza ofertam à cidade pesquisas e informações de relevância municipal.

Fig. 82: *Mata Santa Genebra - Trilha interna*
Base: www.santagenebra.org.br (2007)

Fig. 83: *Mata Santa Genebra - Vista Aérea*
Base: www.santagenebra.org.br (2007)

[37] www.santagenebra.org.br

Dada a importância de preservação desta região, em 1983 a área da Reserva foi tombada como Patrimônio Natural pelo CONDEPHAAT[38] e em 1992 pelo CONDEPACC[39] . A partir da resolução de tombamento da área pelo CONDEPACC, ficou restrito o uso de sua área envoltória, o que compreende uma faixa de 30 metros ao redor da reserva, onde não deve haver nenhuma construção. Além desta faixa, há uma outra faixa de 300 metros, onde inicialmente ficou proibida a construção de loteamentos, permanecendo apenas os que já existiam antes do tombamento.

Diferentemente da Fazenda Santa Eliza, a Fazenda Santa Genebra tange a Macrozona 9 porém não atua como obstáculo de conexão urbana já que é uma faixa de área situada entre a zona urbana e a zona rural da região.

5.3 - A Fazenda do Exército

Por se tratar de uma área militar, houveram dificuldades para colher informações históricas e precisas quanto a esta área. No entanto, observando-se a foto aérea da região, podemos extrair informações relevantes para este trabalho.

Fig. 84: *Fazenda do Exército*
Desenho: Raquel Alves (2007) *Base: Google Earth (2007)*

[38] CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - através da Resolução 3 de 03 de fevereiro de 1983.

[39] CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico Cultural de Campinas - através da Resolução No. 11 de 29 de setembro de 1992

Possui área similar à Fazenda Santa Eliza. Deste território, a população tem acesso a apenas 10% da totalidade. Sua área é distribuída da seguinte maneira: cerca de 5% destina-se à Escola de Cadetes, local onde os jovens ficam internos para treinamento militar, outros 5% são destinados ao clube social denominado “Círculo Militar”, com piscinas, locais destinados a práticas esportivas e eventos sociais. Os 90% restante de sua área são de acesso restrito, exclusivo aos militares.

Fig. 85: *Círculo Militar e Escola de Cadetes*
Base: Google Earth (2007)

Fig. 86: *Fazenda do Exército - Área de acesso restrito dos militares*
Base: Google Earth (2007)

Conforme podemos observar, tanto o clube Círculo Militar quanto a Escola de Cadetes possuem arborização consolidada, revezando entre exemplares plantados e exemplares remanescentes nativos, os quais são mais presentes formando maciço denso na área do clube. Em ambos locais, ao redor das áreas construídas observamos vegetação plantada, de forma regular. As manchas formadas por vegetação remanescente sempre se apresentam mais distantes das edificações. Desta forma encontram-se áreas maiores de vegetação nativa remanescente na extensão maior e de acesso restrito da fazenda, onde o predomínio evidente é de áreas livres. Porém, cerca de 70% desta área é coberta por vegetação gramínea, ficando os maciços arbóreos em torno de cursos d’água e também na divisa leste da fazenda.

Observa-se que quase que a totalidade de sua área que tangencia a Macrozona 9 é de campos. Com este quadro, pouco podemos concluir sobre uma interação ecológica positiva entre a Fazenda do Exército e a Macrozona 9. Entende-se que além do fato de não haver maciços arbóreos densos significativos dentro da fazenda que contribuam para melhoria do microclima local, a Macrozona

9 também apresenta arborização urbana fragmentada, com problemas referentes a podas drásticas e exemplares danificados e com isso fica difícil estabelecer, a partir da (in)coerência visual espacial uma homogeneidade paisagística de relevância ecológica.

5.4 - O Parque da Mata

No processo de revisão do Plano Diretor em 2006, revela-se uma preocupação em tratar os espaços verdes de Campinas como um sistema. Foram projetados “eixos verdes”, que consolidam a proposta de arborizar de forma homogênea vias públicas estratégicas e também foram projetados 04 Parques Temáticos, que já se encontram em fase de implantação. São eles: Parque das Águas, Parque Botânico, Parque do Café e Parque da Mata.

O Parque da Mata está inserido dentro do território da Macrozona 9 e encontra-se (no ano de 2007) com aproximadamente 65% de seu projeto já implantado. Desta maneira vemos que esta macrozona, além de ser cercada por fazendas de importância ecológica de abrangência municipal (Fazendas Santa Eliza e Santa Genebra) também incorpora um parque que intenciona estar interligado a outros parques do município para estabelecer conexões ecológicas e fortalecer o ciclo da biodiversidade local.

Fig. 87 e Fig. 88: *Área Parque da Mata*
Base: SEPAT (2005)

Muito embora o Parque da Mata seja assim denominado, possui caráter de bosque local, devendo ser freqüentado pelos moradores dos bairros próximos. A área do Parque da Mata é resultante do desmembramento de uma Gleba de 121.000 m² em três partes, sendo dois lotes com 33.754,87 m² e 26.254,04 m² respectivamente e uma área remanescente com 60.991,09m², constituída em sua maior parte por mata e áreas de APP, na qual o empreendedor, por força de um Termo de Acordo e Compromisso firmado com a Prefeitura Municipal de Campinas em 24/11/2004, se comprometeu a executar melhorias no sentido de criar infra-estrutura que possibilite a instalação de um parque no local.

Nos dois lotes particulares, estão sendo implantados 2 empreendimentos residenciais multifamiliares verticais do tipo PAR – Programa de Arrendamento Residencial, financiados pela Caixa Econômica Federal, totalizando aproximadamente 800 unidades residenciais.

Fig. 89: *Área Parque da Mata - Vista Aérea* *Desenho: Raquel Alves (2007)*
Base: Google Earth (2007)

Foi diretriz básica do 1º. Seminário de Parques Temáticos de Campinas (SEPAT) que todos os Parques Temáticos tivessem como característica maior a de congregarem atividades de lazer em composição com ações de educação formal e ambiental, cultura e confraternização. Desta forma, entende-se ainda que enquanto Diretrizes Gerais do Seminário em questão, deveria-se priorizar uma ordem para instalação, implantação e gestão dos 4 parques destacados, além de uma Política Pública Global para as áreas verdes e dos espaços de uso público municipais.

Dentro da discussão de definição de um Sistema de Áreas Verdes do município de Campinas, o SEPAT 2005 delineou para esse local em especial algumas diretrizes:

• "A área do Parque da Mata possui uma grande área de APP de fundo de vale que não suporta grandes quantidades de equipamentos, contendo uma massa arbórea muito fechada e com topografia extremamente acidentada;

• No SEPAT 2005 ficou estabelecido que o tema deveria ser Parque da Mata, entretanto sua característica está mais próxima de um bosque local do que um Parque Regional, devendo seu caráter ser articulado enquanto parque de vizinhança para atendimento às demandas locais;

• O público-alvo é prioritariamente o dos condomínios residenciais que estão sendo erguidos nos lotes desmembrados e os moradores dos bairros envoltórios já citados.

• Sua característica de parque de vizinhança demanda equipamentos de play-ground, trilhas ecológicas e equipamentos esportivos de pequeno porte;

• É fundamental um levantamento acurado das espécies que ocorrem na área, que se incorpore um plano de arborização para o local com o plantio de árvores que atraiam a fauna, dando-se especial atenção à preservação da área de APP, que abarca enorme diversidade típica de mata atlântica, aliada a um rico conjunto de nascentes;

• Quanto à acessibilidade, é fundamental que sejam contempladas as condições de pleno acesso à diferentes faixas etárias e inclusive à pessoas com dificuldade de locomoção;

• A prioridade deverá ser para o acesso local e de pedestres, devendo se prever alguma forma de estacionamento para veículos.

• Deverão ser previstas áreas para atividades de educação ambiental.

• A concepção do parque deverá prever a identificação das espécies nativas nas trilhas, tornando-se um Observatório da Mata Nativa." [40]

Nota-se aqui que planeja-se tanto ações voltadas ao meio ambiente quanto ao lazer. Diferentemente das Fazendas Santa Eliza e Santa Genebra que voltam-se às questões ambientais, o Parque da Mata visa atrair a população para lazer com playground, equipamentos esportivos e trilhas, ao mesmo tempo procura

[40] in Termo de Referência do Parque da Mata – Março de 2006 – p. 05

atrair fauna com o plantio de árvores nativas. Muito embora seu caráter de bosque local seja frisado já que atenderá a população da sua vizinhança, se cumprirem-se as diretrizes propostas aqui listadas o Parque da Mata terá grande relevância ambiental para Campinas.

5.5 - Os Espaços Livres da Macrozona 9 – Uma contribuição intra-urbana ou municipal?

A partir das discussões inseridas neste trabalho, concluímos que os espaços livres na Macrozona 9 atuam em 3 escalas:

- Escala local de vizinhança. Nesta escala estão inseridos os espaços livres usufruídos pelos moradores da região no seu dia-a-dia. São espaços vizinhos e próximos como praças e quadras poliesportivas; Geralmente apresentam-se como campos (cobertos por gramado ou mato), com arborização descontínua ou desprovidos de exemplares arbóreos.
- Escala local intra-urbana. É a escala de abrangência do Parque da Mata, que atua(rá) como bosque e ser visitado pelos moradores de toda região, apresentando foco voltado a observação da mata nativa local.
- Escala municipal. Aqui temos as fazendas circunvizinhas à região que apresentam focos de mata nativa remanescente e que contribuem como espaço de pesquisa para melhoria da gestão ambiental do município.

Percebe-se através destas 3 escalas distintas de abrangência dos espaços livres presentes na região da Macrozona 9, que elas são fragmentadas em esferas distintas. E isto não se faz necessário. Praças e locais de atividades esportivas podem assumir abrangência regional assim como espaços livres que abrangem escalas maiores podem atender pontualmente a população da região.

Entende-se neste estudo que os espaços livres de maior relevância ecológica são os que menos interferem no cotidiano da população, que busca atividades esportivas e recreação para diversão. Da mesma maneira, os espaços livres mais utilizados pela população são aqueles que menos contribuem para a consagração de um sistema municipal de espaços de relevância ecológica.

Faz-se necessário unificar, de forma simplificada, “o útil ao agradável”. Espaços que ofertam infra-estrutura esportiva e de recreação, os quais são mais procurados pela população podem e devem ser providos de arborização nativa, para que atinjam abrangência e relevância regional. Espaços de abrangência regional devem buscar ofertar mais infra-estrutura voltada ao lazer, respeitando-se a legislação favoravelmente à preservação do Meio Ambiente, já que aqui se prova que é isto que a população busca.

6 - REFLEXÕES ACERCA DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES CAMPINAS

6.1 - A SEPLAMA e as propostas ambientais do Plano Diretor de 2006: A proposição de um sistema fragmentado

O projeto de lei de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas, apresenta claramente intenções de consolidar um sistema de espaços livres que fortaleçam o caráter ecológico do município a fim de buscar uma cidade saudável e equilibrada ambientalmente.

> *"Art. O planejamento e o desenvolvimento do município, devem seguir os princípios da sustentabilidade, com o objetivo de alcançar o patamar de uma cidade saudável e equilibrada ambientalmente.*

Parágrafo único - O planejamento municipal deve ser feito dentro de uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social e ambiental.

> *Art - O Poder Público fica comprometido com o fortalecimento de uma identidade ambiental municipal necessária para a construção de uma cidade sustentável, devendo exercer a transversalidade em relação às ações ambientais de sua competência."* [41]

Com isso entende-se que todas as áreas de importância ecológica e todas as áreas potencialmente relevantes ambientalmente deveriam ser tratadas em igual teor. Respeitadas as regionalidades municipais, essas áreas devem ser estimuladas ao equilíbrio ambiental e preservadas da penetração urbana com a mesma veemência, sejam elas rurais ou urbanas. "Toda a área do Município deveria ser tratado como uma APA"[42], afirma a urbanista Débora Frazatto Verde.

De fato a busca pela cidade saudável, equilibrada e sustentável ambientalmente é registrada nos objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente do Projeto de Lei que dispõe sobre o Plano Diretor de 2006:

> *"Art. São diretrizes para a gestão ambiental do Município:*
>
> *(...)*

---

[41] Título V- Da Política de Meio Ambiente, Capítulo I- Do Meio Ambiente Sustentável, Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Campinas, 2006.

[42] Extraído do diálogo com Débora Verde - Março 2007

XI. adotar efetivamente o Guia de Arborização Urbana de Campinas – GAUC, como ferramenta técnica para o poder público e a iniciativa privada na implantação e recuperação da arborização viária pública e para novos empreendimentos;[43]

XII. incentivar o aumento da cobertura vegetal no município, possibilitando que os vazios urbanos também sejam ocupados com áreas verdes;

XIII. estudar incentivos para glebas cadastradas e lotes vagos que apresentarem uma função ambiental (plantio de árvores nativas ou frutíferas e hortaliças);

XIV. elaborar Planos de Manejo para os parques, bosques e demais unidades de conservação do município;

XV. criar incentivos urbanísticos para a criação de Parques Municipais e recuperação de áreas degradadas. (...) "[44]

Nota-se a intenção de apropriar-se de ferramentas urbanísticas para induzir e/ou incentivar a ocupação ordenada do território com uma maior cobertura vegetal e conseqüentemente maior superfície de áreas verdes. Por enquanto, embora se proponha a elaboração de planos de manejo para as unidades de conservação do município como seus bosques e parques o que já foge de coordenadas com foco municipal, ainda assiste-se o esforço em se consolidar um sistema de áreas verdes em Campinas.

No entanto, ao discorrer justamente sobre a proposta de um Sistema Integrado de Gestão Ambiental, nota-se que propostas que deveriam ser tratadas como um todo são tratadas independentemente. E com isso, as possibilidades de coexistência harmônica e eficaz entre elas já se reduz.

---

[43] O Guia de Arborização Urbana de Campinas ainda não está finalizado e desta forma ainda não é publicável. Portanto não se pôde avaliar aqui a contribuição e a eficácia do mesmo como ferramenta para implantar e recuperar a arborização urbana de Campinas.

[44] Título V- Da Política de Meio Ambiente, Capítulo II- Dos objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente, seção III, subseção I – Das Diretrizes da Gestão Ambiental - Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Campinas, 2006.

6.2 - A proposta de implantação de Eixos Verdes

Em âmbito municipal, apresenta-se a proposta de Implantação de Eixos Verdes, que se consagra pela somatória de outras propostas: Implantação de Corredores Ambientais Estratégicos, Implantação de Parques Lineares, Implantação de Parques Públicos Temáticos, Implantação de Vias Verdes arborizadas. No entanto é interessante notar que o mapa desenhado pelo poder público para ilustrar ações voltadas a criação de um sistema integrado de ação ambiental não considera os principais parques já existentes no município, e nem sequer os principais focos de mata nativa remanescente. A Mata Santa Genebra e a Fazenda Santa Eliza não constam nesta ilustração.

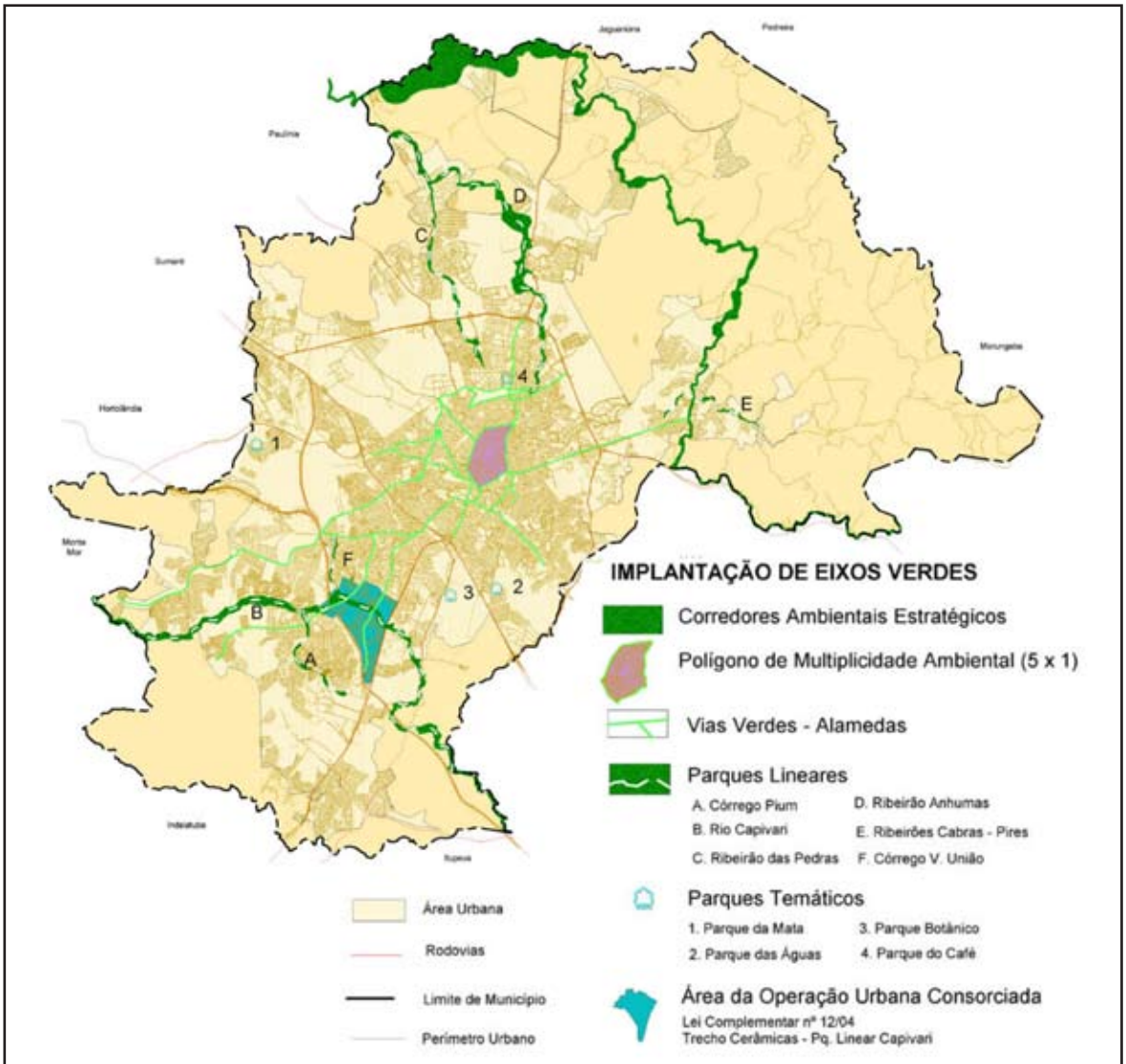

Fig. 90: *Implantação dos Eixos Verdes*
Base: SEPLAMA (2007)

Como se fossem componentes de um sistema a parte.

"Art. O Município realizará a implantação de Eixos Verdes de urbanização, visando aumentar a cobertura vegetal do município, por meio de projetos integrados e diversificados, devendo para isso consolidar uma legislação que gere incentivos para essas áreas em questão, oriente parcerias entre os poderes públicos municipal, estadual, federal, instituições e a iniciativa privada e disponha sobre a gestão do sistema.

Art. Constituem os Eixos Verdes:

I – Corredores Ambientais Estratégicos;

II – Parques Lineares;

III – Parques Públicos Temáticos;

IV – Vias Verdes (arborizadas). (...)"[45]

Ora, Parques sejam eles públicos ou não, lineares ou temáticos são todos parques. Por qual razão a SEPLAMA opta pela segregação conceitual e projetual desses elementos? Da mesma maneira, se esses parques e a arborização pública aqui denominada que "Vias Verdes Arborizadas" são elementos integrantes do então "Sistema"de Eixos Verdes, por qual motivo tratá-los de forma independente?

Se *"Art. Os Parques Lineares que inicialmente fazem parte dos Eixos Verdes, são aqueles ao longo dos seguintes cursos d'água:*

I – Parque Linear do Rio Capivari – Trecho Cerâmicas;

II – Parque Linear do Rio Capivari – Aeroporto;

III – Parque Linear do Córrego Piçarrão;

IV – Parque Linear do Ribeirão Anhumas;

---

[45] Título V- Da Política de Meio Ambiente, Capítulo III- Da Implantação dos Eixos Verdes Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Campinas, 2006.

V – Parque Linear do Ribeirão das Cabras;

VI – Parque Linear do Ribeirão das Pedras;

VII – Parque Linear do Córrego da Vila União;

VIII – Parque Linear do Córrego do Pium."

E com isso *"Art – Os Parques Lineares deverão seguir o conceito de recuperação ambiental das áreas de preservação permanentes, compatibilizadas com as atividades de lazer e recreação, já preconizadas em legislação específica;*

(...)

> *§ 4º - O conceito de recuperação ambiental dos cursos d'água na forma de Parques Lineares deve ser amplamente incorporado para os demais cursos d'água inseridos no perímetro urbano."*[46]

Se o próprio conceito de recuperação ambiental das cursos d'água inserido nos Parques Lineares deve ser aplicado igualmente a todos os cursos d'água que compõe o perímetro urbano, não há sentido em criar um status diferenciado para os cursos d'água que a partir de então denominam-se "Parques Lineares". Todos devem ser recuperados igualmente, e prioridades de ação não necessitam de criação de uma categoria de parques a parte. Retoma-se a afirmação de Verde: "Toda a área do Município deveria ser tratado como uma APA"

Neste mesmo contexto fragmentado, propõe-se a criação dos Parques Temáticos:

> *"Art. O Poder Público Municipal criará Parques Públicos Temáticos que terão por objetivo promover a educação ambiental, esporte, lazer, turismo e entretenimento, sendo eles:*

I - Parque da Mata - Parque Santa Bárbara;

II - Parque das Águas - Parque Prado;

III - Parque Botânico - na Fazenda Sete Quedas (Bradesco);

IV - Parque do Café - Lago do Café.

---

[46] Título V- Da Política de Meio Ambiente, Capítulo III- Da Implantação dos Eixos Verdes , seção II – Dos Parques Lineareas, Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Campinas, 2006.

Parágrafo único – Os Parques Públicos Temáticos são equipamentos que auxiliarão a requalificação e reurbanização de áreas densamente ocupadas e carentes de infra-estrutura desta natureza, com a função, dentre outras, de amenizadores microclimáticos, preservação das áreas verdes, geração de renda e embelezamento da paisagem urbana."[47]

A intenção é das melhores. E de acordo com o que se propõe no artigo único acima descrito, a implantação dos parques públicos temáticos deve cumprir a sua função. No entanto, estes parques também fazem parte de um sistema. E se não forem tratados como tal, seu potencial ecológico e ambiental fica subaproveitado. Ao analisarmos novamente o mapa de implantação dos Eixos Verdes, notamos que a localização dos Parques Públicos Temáticos não intersecta com os demais elementos componentes dos eixos verdes. Assim não há como se consagrar na prática um sistema que fortaleça o meio ambiente de Campinas. Neste exemplo, observamos que os Parques Temáticos não interligam com as vias públicas arborizadas ("vias verdes"). A coesão entre as vias verdes e os parques temáticos efetivariam a formação de Corredores Ecológicos[48] , que por si só já responsabilizariam-se por formatar a proposta de Eixos Verdes da SEPLAMA como um Sistema de Áreas Verdes.

6.3 - O diálogo entre os Espaços Livres de vizinhança e os Espaços Livres municipais

Este trabalho visa a análise do Sistema de Espaços Livres de Campinas e da Macrozona 9, assim como observar a forma como os espaços livres de uma região específica interage com os espaços livres do município. Mas dado o contexto de como os espaços livres são apropriados de maneiras diferentes pela população, sendo eles de relevância local de vizinhança ou intra-urbana, e dada a maneira que a SEPLAMA concebe novas propostas para a requalificação das áreas verdes, entende-se que no Município de Campinas o Sistema de Espaços Livres é tratado muito mais como uma somatória de fragmentos territoriais do que uma interligação e um diálogo entre eles.

---

[47] Título V- Da Política de Meio Ambiente, Capítulo III- Da Implantação dos Eixos Verdes , seção III – Dos Parques Públicos Temáticos, Projeto de Lei Plano Diretor Municipal de Campinas, 2006.

[48] Corredor Ecológico é um conceito estratégico de conservação regional que visa preservar os principais biomas nacionais e/ou regionais. É formado por um mosaico de terras, com os mais variados usos que vão desde parques e reservas florestais até áreas menores ou de uso menos intensivo, que se gerenciados de maneira integrada garantem a sobrevivência do maior número de espécies vegetais e animais através da manutenção da conectividade daquela região.

Espaços livres mais aproveitados e utilizados pela população em geral nos bairros residenciais de baixa e média densidade (os quais são a maioria em Campinas) são aqueles que oferecem infra-estrutura voltada ao lazer e ao esporte, como ocorre nos Conjuntos habitacionais Vila Esperança, Padre Anchieta e CDHU E.. Espaços livres que apresentam relevância ambiental e ecológica como as Fazendas Santa Eliza e Santa Genebra atuam no município como integrantes de um sistema mas não são devidamente aproveitados e visitados pela população, seja por não oferecerem recreação ou seja por não serem próximos o suficiente para visitas freqüentes. E o poder público ao invés de preocupar-se em repaginar a forma de se olhar o município, repete modelos anteriores de planejamento urbano, mantendo o modelo fragmentado de se conceber estratégias, como observado na análise dos Planos Diretores de 1996 e 2006 no capítulo 2 deste trabalho. No Plano Diretor de 2006 "disfarça-se" esta fragmentação, intencionando aparentemente a concepção e o planejamento do território municipal como um todo, mas fragmenta-o ao conceber diretrizes diferentes para cada espacialidade. No mapa de implantação dos Eixos Verdes por exemplo, vemos que as Fazenda do Exército, Santa Eliza e Santa Genebra não fazem parte da ilustração como se não participassem do sistema de áreas verdes de Campinas.

Com isso, conceitos de Lazer, Esporte e Recreação, aos olhos da população não se misturam aos conceitos de Ecologia, Responsabilidade Ambiental e Sustentabilidade. Neste quadro, nem os esforços voltados à Educação Ambiental podem ter eficácia plena.

Faz-se necessário o diálogo entre as diversas esferas espaciais formadas pelos espaços livres. Faz-se necessário coexistir os conceitos voltados à preservação do Meio Ambiente com os conceitos voltados às praticas cotidianas e corriqueiras de lazer e esporte. "Sistema" aqui exige muito mais do que uma interatividade espacial, mas uma interatividade conceitual.

Enquanto a vida urbana girar em torno da maneira de olhar e planejar as espacialidades pelo órgão público municipal de Campinas, os espaços livres de vizinhança serão apenas de vizinhança, e os espaços livres de abrangência municipal serão apenas municipais.

Deve-se quebrar a grandiosidade, a responsabilidade e a importância reservada aos espaços livres de grande influência territorial. Os espaços livres pequenos, reservados ao usufruto da população, se bem arborizados, planejados e mantidos terão muito a oferecer ao Meio Ambiente, aos moradores e ao município. A superfície de vegetação nativa se estenderia entrelaçando suas "manchas". Os ciclos de vida dos Biomas locais se fortaleceriam, e com isso, a esperança de se reavistar fauna e flora nativas que se perderam. Lazer e Meio Ambiente se uniriam. Educação ambiental, cidadania e responsabilidade ecológica não seriam termos independentes. Consagraria-se efetivamente um Sistema de Espaços Livres para o município.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

FREITAS, Eleusina Lavor Holanda de. **Como qualificar conjuntos habitacionais populares.** Brasília, Caixa Econômica Federal, 2004

GREY, G. W., DENEKE, F. J. **Urban forestry.** New York, John Wiley & Sons, 1978.

JACOBI, Pedro. **Desafios ambientais urbanos e Desenvolvimento sustentável.** USP - 2001

LIMA, Siomara Barbosa S. de. **As áreas verdes no Plano de Melhoramentos de Campinas.** Revista Oculum ensaios nº 02 – 2002

MAGNOLI, Miranda Martinelli et Al (org.). **Discutindo a paisagem.** Vol. 01. São Carlos, Ed. RiMa – 2006

MASCARÓ, Juan. **Vegetação urbana**. UFRGS – 2002

MILLER, W. R. **Urban forestry - planning and managing urban greenspaces.** 2.ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1996.

MORETTI, Ricardo de Souza. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social: recomendações para elaboração.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **O estatuto da cidade: para compreender.** Rio de Janeiro IBAM / DUMA – 2001

PILOTTO, Jane. **Rede Verde Urbana: Um instrumento de Gestão ecológica** Dissertação de Doutorado – UFSC - 2003

SANTOS, Débora P. F. Verde dos. **Espaços públicos do Lazer em Campinas: o lugar do ficar.** Dissertação de mestrado – PUCCAMP – 1999

VIANA, Iracema Paraíso. **Utilização e Qualidade de Sistemas de Lazer em Conjuntos Habitacionais na Zona Leste de São Paulo: o caso da Vila Silvia.** Dissertação de Doutorado. São Paulo – 2005.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** Studio Nobel. 2. edição - 2002

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** O processo de urbanização no Brasil. DÉAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli (Org.). 1999

Referências de Internet

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Plano Diretor. 1996
Disponível em <www.campinas.sp.gov.br>
Consultado em Out. 2006

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. Plano Diretor Participativo. 2006
Disponível em <www.campinas.sp.gov.br>
Consultado em Fev. 2007

www.cidades.gov.br

www.santagenebra.org.br

www.ibge.gov.br

www.iac.sp.gov.br

Entrevistas

Ari Vicente Fernandes – Arquiteto Urbanista, Doutor em Arquitetura e Urbanismo -Outubro 2006

Débora Frazatto Verde – Arquiteta Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo - Março 2007

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo